

REVISTA

CASA COMUM

CUIDAR DE SI, DO OUTRO E DO PLANETA

Nº. **06**
JUL/AGO/SET 2023

Dona Juscelina, grão e inspiradora da comunidade Quilombola Dona Juscelina (in memoriam). Muricilândia (TO), 2018. Foto: Thomas Bauer



ESPIRITUALIDADES E RELIGIÕES: CONTRIBUIÇÕES PARA O DIÁLOGO E A DEFESA DE DIREITOS

PAPO RETO

Humanismo profundo e democracia socioecológica: como seres humanos podem retomar caminho de cuidados consigo e com a Casa Comum

Pag. 14

MOBILIZE-SE

Observatórios, núcleos de formação e comunicação: conheça iniciativas que promovem o diálogo inter-religioso e participe

Pag. 35

AGENDA DE PRESSÃO

Entre a democracia e o sagrado: a diversidade religiosa na pauta política brasileira

Pag. 39

Acesse também
nossa revista digital



ISSN 2965-1433



9 772965 143009

03



Sumário

04 _____ EM DESTAQUE

Religiões como espaços para o exercício político do cuidado

14 _____ PAPO RETO

Humanismo profundo e democracia socioecológica: como seres humanos podem retomar caminho de cuidados consigo e com a Casa Comum

18 _____ RAIQ-X

Um sobrevoos pelas manifestações religiosas brasileiras e pelo modo como o Estado encara a liberdade de pensamento, consciência, religião e expressão

22 _____ EM PAUTA

Das confluências da fé: o sincretismo religioso pelo país e a preservação dos saberes e das culturas tradicionais

24 _____ EM PAUTA

Igrejas e iniciativas sociais e religiosas abrem as portas para pessoas excluídas em outros espaços e expressões de fé

28 _____ NA PRÁTICA

Pontes de fé: experiências ecumênicas promovem a coexistência harmoniosa das religiões em defesa da Casa Comum

31 _____ EM PERSPECTIVA

O ensino social do Papa Francisco e a espiritualidade do cuidado

33 _____ EM PERSPECTIVA

O diálogo inter-religioso e a defesa pela vida

35 _____ MOBILIZE-SE

Observatórios, núcleos de formação e comunicação: conheça iniciativas que promovem o diálogo inter-religioso

39 _____ AGENDA DE PRESSÃO

Entre a democracia e o sagrado: a diversidade religiosa na pauta política brasileira

42 _____ CIDADANIA DIGITAL

Da conexão à comunhão: o contributo das religiões para superar o isolamento, a intolerância e o ódio no ambiente digital

44 _____ RETRATO BRASIL

Ecoar espiritualidades, religiões e direitos: resistir e crer

Expediente

Realização: Sefras - Ação Social Franciscana

Diretor-presidente:
Frei José Francisco de Cássia dos Santos

Coordenação geral da revista:
Fábio José Garcia Paes

Projeto editorial:

 **ESTÚDIOCAIS**
PROJETOS DE INTERESSE PÚBLICO

www.estudiocais.com.br - ISSN 2965-1433

Jornalista responsável: Daniele Próspero
MTB: 39.137

Coordenação editorial: Daniele Próspero e Rodrigo Bueno

Redação: Adriana Carrer, Dayse Porto, Elvis Marques, Karynna Luz e Maria Victória Oliveira

Coordenação de canais digitais: Dayse Porto

Produção de canais digitais: Adriana Carrer

Revisão: Marta Pachiella Martinez

Projeto gráfico e diagramação: Estúdio Oto

Conselho Consultivo: Adriana Charoux, Benilda Brito, Cristiane Faustino, Eleilson Leite, Frei Darlei Zanon, Gabriela Consolaro, Ismar de Oliveira Soares, Mario Campagnani, Moema Miranda, Sandra Quintela, Tatiana Scalco e Viviana Santiago.

Comitê Editorial: Brayan Filipe Farias da Silva, Fábio José Garcia Paes, Frei José Francisco de Cássia dos Santos, Frei Vagner Sassi, Frei Marx Rodrigues dos Reis, Rodrigo Zavala, Rosângela Helena Pezoti e Suemary Barros.

Parceiros institucionais: Agentes de Pastoral Negros do Brasil, Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais de Educomunicação (ABPEducom), Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (Anced), Abong - Organizações em Defesa dos Direitos e Bens Comuns, Agenda 2030, Articulação Economia de Francisco e Clara, Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Casa Galileia, Ciranda, Coalizão Direitos Valem Mais!, Coalizão Negra por Direitos!, Coalizão pela Vida!, Conferência Popular de Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional, Escola de Ativismo, Escola Nacional Paulo Freire, Família Franciscana do Brasil, Frente Nacional Contra a Fome, Fórum Social Mundial, Franciscans International, Grito dos Excluídos, Instituto Peregrum, Movimento Laudato Si, Movimento Nacional de Direitos Humanos, Movimento Nacional de Pop Rua, Movimento Nacional de Fé e Política, Paulus Editora, Periferia Viva, Plataforma DHesca Brasil, Rede de Advocacy Colaborativo, Rede de Trabalho Decente, Rede Jubileu Sul, Rede Nacional de Primeira Infância, Rede Brasileira de Conselhos, 6 Semana Social, Via Campesina e Serviço Inter-Franciscano de Justiça, Paz e Ecologia (SINFRAJUPE).

Parceiro para impressão: Paulus Social

Editorial

A fé e a ação coletiva conectadas em busca de “um outro mundo possível”

Esta edição da **Revista Casa Comum** perpassa por narrativas e análises no campo da fé, não no sentido epistemológico de entender as formas de crença de grupos e religiões, mas de como a fé não só “pode mover montanhas”, mas também colaborar na superação das desigualdades, das ditaduras de sistemas contra a vida e, acima de tudo, na defesa intransigente pelos direitos humanos e socioambientais.

É evidente que as religiões mais antigas, e até as expressões de espiritualidade contemporâneas, têm, na sua grande maioria, como centro o acolhimento e o cuidado com os outros ou com as vidas em vulnerabilidade. No entanto, é preciso reforçar as experiências realizadas no campo da defesa e o papel social, cultural e político desses grupos mediante o projeto de democracia, de justiça e de liberdade que se espraia como utopia nos dias atuais.

Esse imaginário de “um outro mundo possível” é o motor gerado pela fé e a possibilidade da mudança e transformação. Seria ingenuidade afirmar que todo ser humano sonha com uma vida feliz? Não! No entanto, para que esse desejo seja alcançado, é preciso que condicionantes políticas, sociais e econômicas sejam desenvolvidas e conquistadas. Eis o desafio das religiões e de todas as iniciativas que se movem para a visão de um Sagrado, Deus ou Ente Criador.

A **Revista Casa Comum** adentra nessas experiências e processos que servem para evidenciar, reconhecer e valorizar o pacto público e institucional das religiões, igrejas e filosofias religiosas pela sua importância diante do que defendemos na história como democracia e do bem-viver. Isto porque atingem o campo subjetivo e a

mobilização de pessoas para ações coletivas em prol de uma causa maior – que supera o automatismo frio e utilitarista na rotina insana dos humanos.

Por isso, a importância de se afirmar e produzir a valorização da criticidade e do compromisso com as questões socioambientais não é um apêndice, mas o indicativo certo e imprescindível para se trilhar o caminho da fé, da espiritualidade e, até mesmo, da experiência religiosa, comunitária ou eclesial.

Enfim, é preciso reconhecer a relevância desse tema, entender que não se pode debater ou analisar nenhum contexto ou fenômeno social e cultural do passado ou do presente sem considerar a perspectiva teológica em curso. Esse critério é fundamental para se entender o contexto societário vigente. Hoje, a democracia representativa demonstra isto de forma explícita: a influência das igrejas e religiões nas eleições e no jogo político de uma nação. Mas, para além desta análise, nos dispomos aqui a resgatar e dar luz à convocação ética e política que advém de pessoas, grupos e iniciativas de fé, para a transformação de uma realidade de injustiça.

Acreditamos num projeto comum, baseado não só no cuidado, mas no sentido mais profundo de solidariedade, que é estar e ser com os outros, independente das possíveis diferenças. Talvez a dica para a leitura das páginas que seguem desta edição seja: quais são as possibilidades e as estratégias de mobilização para despertar pessoas para o sentimento de pertencimento e de condições reais para acolher, cuidar e defender a comunidade de vida e a nossa Casa Comum?

Desafio colocado. Oxalá! Amém! Anamstê! Om!, pois como sugere Gilberto Gil: “Andar com fé eu vou, que a fé não costuma ‘faia’.”

Fábio Paes

Coordenador da Revista Casa Comum

Sobre a revista

A Revista Casa Comum é uma publicação trimestral de iniciativa do **Sefras - Ação Social Franciscana** em parceria com importantes atores, organizações, movimentos e redes do campo dos direitos humanos e ambiental. Além da versão impressa, o projeto se desenvolve regularmente em ambiente digital e nas redes. Acesse: www.revistacasacomum.com.br



@RevistaCasaComum

Contato

Endereço de correspondência:
Rua Rodrigues dos Santos, 831, Brás São Paulo/SP - CEP: 03009-010
Para contato com a redação:
contato@revistacasacomum.com.br
Site: www.revistacasacomum.com.br

Inscreva-se para receber nosso boletim informativo com as novidades da Revista Casa Comum. Você pode fazer parte também da Comunidade Casa Comum no WhatsApp ou receber a revista impressa na sua casa.

revistacasacomum.com.br/inscreva-se

NOVIDADE: Nesta edição, preparamos um glossário com os principais termos e conceitos utilizados ao longo das matérias. **Confira na página 50.**

EM DESTAQUE



Maria Preta durante a alvorada da Festa do Divino organizada pela família nos brejos. Barra (BA), 2019. Foto: Thomas Bauer

RELIGIÕES COMO ESPAÇOS PARA O EXERCÍCIO POLÍTICO DO CUIDADO

Se as religiões, religiosidades e fiéis acreditam em uma divindade, criadora de tudo, seria por óbvio, aponta frei Marx Rodrigues, todos cuidarem da Casa Comum.

Por Elvis Marques e Amanda Proetti

As **benzedoras e os benzedores** atuam a partir de uma sabedoria ancestral nas curas dos males do corpo e da alma, sempre empunhando alguns ramos de seus quintais, como a arruda. No **cristianismo**, há uma forte relação com as águas, utilizadas para bênçãos e batismos. Os **povos indígenas** entendem os seus espaços de vida como territórios sagrados, com os seus corpos e o meio ambiente interligados. O **budismo** trata da natureza da mente dos seres, e o respeito aos seres vivos ao nosso redor. O **espiritismo** aponta o amor à natureza, ao cosmo, e a solidariedade ao próximo. Percebe-se que o cuidado e o amor com os seres vivos e o planeta é algo intrínseco às múltiplas manifestações religiosas.



O terreiro representa o cuidar. É como a gente cuida das nossas pessoas, tanto do físico, mas também do mental e do espiritual, inclusive cumprindo o papel que o Estado não cumpre”, acrescenta **Adna Santos de Araújo**, mais conhecida como **Yalorixá Mãe Baiana de Oyá**.



Foto: Arquivo pessoal

Bisneta de escrava que chegou ao Brasil em um navio negreiro, **Yalorixá** é autora de uma trajetória de luta em defesa da cultura afro-brasileira e pelo direito do povo negro de se expressar religiosamente. A líder religiosa é **fundadora do terreiro de candomblé Ilê Axé Oyá Bagan**, que faz parte da **Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde (Renafro Saúde)**, espaço no qual atua com atendimento à população local em diversas frentes assistenciais.

Nascida no interior da Bahia e moradora de Brasília há mais de 40 anos, Mãe Baiana vive na pele as mazelas do **racismo e da intolerância religiosa**. Em 2009, seu terreiro foi derrubado pela **Agência de Fiscalização do Distrito Federal (DF)**. Seis anos depois, o mesmo local foi alvo de um incêndio por criminosos.

Com a intensificação de casos como esse, Mãe Baiana foi responsável pela **articulação de um mapeamento dos terreiros do DF** em 2018, resultado de uma parceria entre a Fundação Cultural Palmares e a Universidade de Brasília, que apontou a **existência de 330 centros de religiões de matriz africana** na capital federal.

“O mapeamento ajudou a trazer algumas políticas públicas para o nosso povo, como água, luz e saneamento, e serviu para reativar a Lei 806, que determina a regularização fundiária dos estabelecimentos religiosos. Só que a Lei foi usada para regularizar mais de 500 templos religiosos evangélicos, só no ano passado, enquanto nossos terreiros continuam aguardando a regularização. Essas coisas comprovam o **racismo institucional, religioso e estrutural** que sofremos todos os dias”, conta a Mãe de Santo.

Em maio de 2023, Mãe Baiana esteve com a sub-secretária-geral das **Nações Unidas** e Assessora Especial para Prevenção do Genocídio, **Alice Wairimu Nderitu**, em visita ao Brasil para conversar com autoridades, equipes das Nações Unidas no país, representantes da sociedade civil e outros atores sobre a **necessidade de ampliar a proteção** de povos indígenas, pessoas afro-brasileiras e outros grupos em situação de risco.

A Renafro Saúde é uma articulação da sociedade civil composta por pessoas adeptas da tradição religiosa afro-brasileira, gestores e profissionais de saúde, integrantes de organizações não governamentais, pesquisadores e lideranças do movimento negro.

>> Conheça: renafrosaudecom.wordpress.com

Espaços públicos e as religiosidades

“As **religiões** precisam estar atentas aos **dramas do mundo** e procurando contribuir. Eu não defendo o anestesiamiento do potencial público das religiões. Defendo que elas possam contribuir com a sociedade com um espírito de **pluralidade, de respeito à diversidade** e de **diálogo inter-religioso**. A experiência religiosa precisa estar a **serviço do bem comum**”, expõe **Henrique Vieira**, deputado federal pelo PSOL do Rio de Janeiro e pastor da **Igreja Batista do Caminho**.

O parlamentar expõe uma percepção importante e necessária sobre o potencial da **fé, das religiões e das religiosidades** a serviço dos direitos humanos e da natureza. Henrique acredita e defende a **participação religiosa na política**, mas não como um projeto de poder ou de imposição de uma **doutrina religiosa** para o conjunto da sociedade. Para ele, diante de um ambiente **conservador**, como da atual legislatura do Congresso Nacional, o campo da **defesa e proteção dos direitos humanos e socioambientais** precisa se colocar de forma proativa nesses espaços públicos.

“Seja na **política partidária ou eleitoral**, eu acho importante, sim, a presença de religiosos que ocupem esse lugar para fazer um contraponto ao **fundamentalismo**. Este, sim, enxerga esse local como projeto de poder, de forma autoritária, antidemocrática e antilaico. Nós, do campo progressista, podemos ocupar com outro objetivo, mostrando que a **fé pode estar a serviço da República**, da democracia, do Estado laico, da diversidade, dos **direitos humanos e socioambientais**, do povo empobrecido e trabalhador”, argumenta.



Foto: Arquivo pessoal

“**A fé não precisa e nem deve ser instrumento de violência. Ela deve ser-estar a serviço da humanidade e do bem comum**”,

acredita o deputado federal e pastor **Henrique Vieira**

A Casa Comum aos olhos de Henrique Vieira

“Entendo a Casa Comum, por um lado, como a Mãe Terra com toda sacralidade, para além de nós, seres humanos. A lógica do capitalismo transformou a Casa Comum num reservatório morto, com recursos a serem extraídos para o funcionamento da economia. Dessacraliza e coisifica a Mãe Terra. A Casa Comum me liga a esse espaço sagrado no qual a humanidade se insere. Daí, eu amplo o conceito de Casa Comum para a natureza incorporando a

humanidade. Penso a Casa Comum como um espaço para o exercício político do cuidado. O cuidado que há de salvar a Terra ou a humanidade na Terra. O cuidado não como alerta, não como vigilância, mas sim como zeladoria.

Isso não é bonitinho, não é romântico. Isso significa vencer opressões, compartilhar as riquezas, distribuir as dádivas que a Terra nos dá, cair com as cercas do latifúndio, ouvir as ancestralidades e valorizar os povos originários com os seus saberes. Isso significa converter o dinheiro à dignidade humana, e não o inverso. Acho que a Casa Comum é um bom conceito e experiência para reivindicarmos essa profecia da denúncia e do anúncio.”

Na **Câmara dos Deputados**, Henrique Vieira, natural de Niterói (RJ) e antigo morador da favela Vila Ipiranga, avalia como desafiador esses seis meses de mandato, principalmente pela casa contar com uma **extrema direita** consolidada, responsável por uma **política feita com violência**. “Mas, ao mesmo tempo, há de se reconhecer que existem **parlamentares comprometidos**, querendo **discutir o Brasil e melhorá-lo**. Precisamos dignificar a política, fazendo-a enraizada nas lutas do nosso povo. Apesar de ser desafiador e, às vezes, desencantador, eu vejo sentido, propósito e relevância em ter um mandato inspirado nas **lutas do povo**, o que anima todos os dias o meu coração”, avalia.

Henrique é uma das exceções religiosas que não integram a **Frente Parlamentar Evangélica (FPE)** do Congresso Nacional. O pastor avalia as possibilidades de diálogo com o agrupamento sobre pautas de direitos humanos e socioambientais. “A bancada evangélica, por incrível que pareça, tem uma certa **diversidade**. Tem setores de direita

e parlamentares que são base do **governo atual**. A própria bancada tem disputas e tensões internas. Há frações com as quais é possível o diálogo e há aquelas que não”, observa.

“**Independente da política partidária, eleitoral e institucional, eu defendo que as religiões tenham relevância política e pública**”, ressalta o deputado federal e pastor **Henrique Vieira**

As bancadas religiosas na 57ª legislatura

A **Câmara dos Deputados** é formada por 513 parlamentares. As bancadas ou frentes parlamentares reúnem congressistas por afinidade de pautas ou interesses. Um dos agrupamentos mais conhecidos do Congresso Nacional é a **Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional**, a qual conta, na atual legislatura, com 220 deputados e deputadas, e 26 senadores e senadoras.

Outro agrupamento religioso robusto, porém menos popular na mídia, é a **Frente Parlamentar Católica Apostólica Romana**, com 200 membros da Câmara dos Deputados. Importante destacar que há parlamentares presentes em ambos os grupos. Apesar disso, pode-se dizer que cerca da metade da Câmara integra bancadas religiosas.

Nesta legislatura, **há apenas duas bancadas religiosas - cristãs** -, diferentemente de outros períodos, como no Congresso anterior, que contava com quatro agrupamentos, sendo alguns com nomenclaturas semelhantes, porém com presidência e membros diferentes: **Frente Parlamentar em Defesa da Liberdade Religiosa e da Cultura de Paz; Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Tradicionais de Matriz Africana; Frente Parlamentar Mista da Liberdade Religiosa, Refugiados e Ajuda Humanitária; e a Frente Parlamentar para a Liberdade Religiosa do Congresso**.

>> Confira a vasta lista de agrupamentos e de membros por bancada: bit.ly/RCC_E6_03



Apesar de parecer algo básico para as **religiões, seus fiéis e para as religiosidades**, no cotidiano, ou por séculos, essa lógica de cuidar do que as divindades teriam criado não tem sido seguida com afinco. Marx argumenta que alguns autores tratam desse tema a partir da teoria das **“Instituições Históricas de Hegemonia”**, na qual as religiões seriam umas das principais, já que flertam com o *status quo*.



Foto: Arquivo pessoal

“**As religiões, por diversos momentos da história, sentaram na mesa do capitalismo e sentenciaram a criação do criador. Por isso, teríamos a responsabilidade de pensar como mudar essa realidade. E, nesse sentido, o Papa Francisco tem uma fala importante: ‘esse sistema é perverso, degrada e mata’. O que nos instiga a repensar o atual sistema em que vivemos**”, ressalta frei **Marx Rodrigues**

Independentemente da responsabilidade do **campo religioso** em contribuir para a mudança do atual cenário do planeta e dos seres humanos, as religiões têm o dever de **dialogar e propor soluções** para essas problemáticas, que vão da destruição do meio ambiente aos direitos humanos. “É tarefa de cada religião, porque ela detém esse lugar ético e moral, o qual deveria colaborar em **cuidar da Casa Comum** como um todo. Essas instituições precisam discutir esse paradigma”, acredita o frade.

A obrigação religiosa de cuidar da Casa Comum

Frei Marx Rodrigues dos Reis, diretor-secretário do **Sefras - Ação Social Franciscana**, entende que as religiões e as religiosidades têm [ou deveriam ter] um papel fundamental no debate sobre o **cuidado com o planeta Terra e todo ser vivo**. Para o frade franciscano, se as religiões e as religiosidades acreditam em uma divindade, criadora de todas as coisas, logo, todas as pessoas deveriam ser capazes de cuidar daquilo que ela fez. “A ideia primeira da religião já nos coloca no compromisso com aquilo que foi dado pelo criador. Se você ama este criador, você deveria cuidar de tudo o que ele fez”, ressalta.

E para caminhar nesse sentido de mudança, de uma **conversão ecológica**, e também superar a teoria, Marx frisa, com base no que estruturou anteriormente, que **degradar o meio ambiente precisa ser entendido como um pecado**, já que matar também é assim considerado. Ou seja, não apenas matar outro ser humano poderia ser caracterizado como uma atitude pecadora, mas sim também **tudo que é vivo e é obra da divindade**. “Precisamos de uma conversão para que cultivemos a harmonia com todas as formas de vida, da água à alimentação”, sublinha.

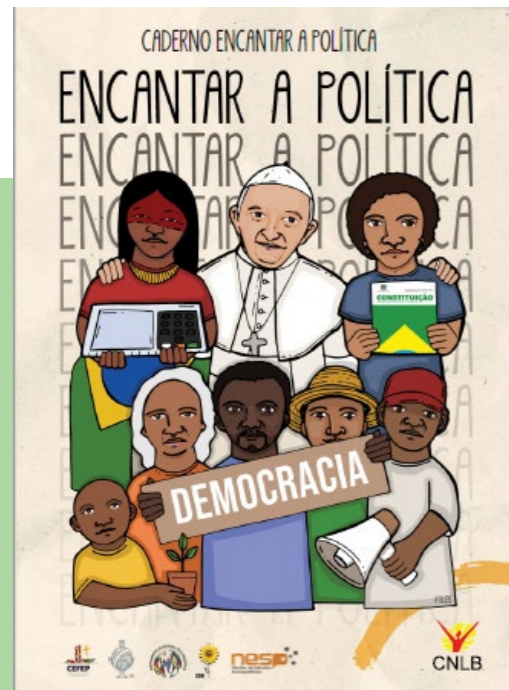
O frade ressalta que essa conversão é necessária diante do **tempo crítico que o mundo vive**. “A Casa Comum está em mudanças climáticas. Alguns sinais já são visíveis e **ferem a terra e os mais vulneráveis**. É preciso recordar que os efeitos não serão revertidos, por isso, uma conversão ecológica, tal como no antigo testamento é necessário, é preciso reconhecer nosso pecado e se empenhar em **mudar as nossas formas de vida**.”

Segundo o diretor-secretário do Sefras, esse passo a passo para a conversão ecológica precisa entender, inclusive, que os **templos e as religiões**, por múltiplas vezes, não darão conta da **complexidade da vida**. “Se pensarmos em **São Francisco de Assis**, ele diz que o ‘nosso claustro é o mundo’. Ele louva a Deus falando com a natureza, o canto dos pássaros é o louvor a Deus. O calor do sol é o louvor a Deus. Ele está dizendo que o louvor pode vir de um católico ou de qualquer outro ser vivo.”



Assim como um mulçulmano é capaz de repartir o pão para celebrar o seu Ramadã, nós deveríamos ser capazes de partir o pão para matar a fome de quem não tem o que comer. Esse lugar de conversão cabe a todos e todas, independente da religião”,

reflete frei **Marx Rodrigues**



Encantar a Política

O projeto **Encantar a Política** é fruto do trabalho de uma rede de organizações, serviços, pastorais sociais e organismos da Igreja, Rede Brasileira de Fé e Política, com apoio da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). Ele tem como proposta retomar questões centrais das encíclicas do Papa Francisco – *Laudato Si’* e *Fratelli tutti* – e da *Exortação Apostólica pós-sinodal, Alegria do Evangelho* – que tratam a política como decorrência ética do mandamento do amor, assumindo-a no sentido mais profundo da palavra.

O projeto conta com eixos prioritários de ação: informação e formação a partir do caderno *Encantar a Política*; capacitação de coletivos e mandatos populares e participativos nas eleições; e ação política para transformação social: apoio a candidaturas populares, fortalecimento da democracia participativa, conselhos de políticas públicas, audiências públicas e incidência política.

>> Conheça mais sobre a iniciativa em:
cnlb.org.br/encantarapolitica



As lideranças indígenas Patricia Gualinga, Irmã Laura Vicuña - ao centro - e Yesica Patiachi se encontraram no mês de junho de 2023 com o Papa Francisco. Foto: REPAM

Ação pastoral junto aos povos amazônidas

A Amazônia Legal brasileira se estende por nove estados e, além de deter uma das maiores biodiversidades do planeta, é a casa de inúmeras manifestações religiosas e espirituais, desde as festas quilombolas do Divino, no Maranhão, passando pelo Círio de Nazaré, no Pará, até a relação dos povos indígenas com os seus encantados.

Falar de espiritualidade junto aos povos indígenas passa pelo **conceito de bem-viver**, de modos tradicionais de vida e de territórios, conceitos amplos que, em suma, se baseiam na **convivência fraterna entre todos os seres vivos** e o respeito, como apresenta o artigo *O bem viver indígena e o futuro da humanidade*, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). [bit.ly/RCC_E6_04]

Com mais de 30 anos de uma vida dedicada aos povos originários e como missionária do Cimi, **Irmã Laura Vicuña**, nasceu entre o povo indígena Karirí, no Nordeste, e atualmente atua com a etnia Karipuna, em Rondônia, e integra a Conferência Eclesial da Amazônia (CEAMA) e a Rede Eclesial Pan-Amazônica (Repam).

“A ação pastoral que tenho junto e com os povos indígenas se concretiza na luta em defesa da terra, como ação evangelizadora fundamental para que todos possam ter vida, e vida em abundância”, declara.

A presença da religiosa indígena em meio à etnia se baseia na missão de defesa junto ao povo por seus modos de vida e pelo território, espaço de reprodução da vida. “Lutamos em espaços regionais, nacionais e internacionais, para denunciar violações de direitos e sempre chamando atenção para o cuidado da Casa Comum, nossa Amazônia, como um espaço de vida para todas as pessoas.”

Sendo uma religiosa e de outra etnia, Irmã Laura ressalta que o trabalho missionário é guiado sempre pelo respeito às diferentes culturas, expressões de fé, teologias e espiritualidades presentes entre os povos indígenas. “Os indígenas são portadores de uma cultura milenar, de uma espiritualidade integral, que conecta o todo da vida. Diante das crises socioambientais, os povos indígenas oferecem ao mundo novos paradigmas civilizatórios, pautados no bem-viver”, destaca.

Em junho de 2023, Irmã Laura Vicuña, juntamente com duas lideranças indígenas, **Patricia Gualinga e Yesica Patiachi**, se encontraram, no Vaticano, com o Papa Francisco, e conversaram sobre o trabalho das mulheres da Igreja no território amazônico, o reconhecimento da estrutura eclesial desse trabalho, a realidade dos indígenas e a educação.

Política e religião no cotidiano

Há cerca de 13 anos, **Livia Reis**, pós-doutora do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social no Museu Nacional (da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ), coordenadora do **núcleo de Religião e Política do Instituto de Estudos da Religião (ISER)**, saía de um cinema na região de Botafogo, no Rio de Janeiro, quando se deparou com uma multidão de **peessoas evangélicas** [um milhão segundo alguns jornais], e ficou impressionada por aquele evento passar despercebido entre a imprensa e a população.

Até ela conseguir entrar em um ônibus, demorou. Nesse prazo, ela circulou entre a multidão a fim de observar o que estava acontecendo. “Quando eu entrei no ônibus, tinha uma menina que chorava muito, e dizia **‘eles estão**

destruindo a nossa cidade’. Aquilo me chocou muito, porque o número de **evangélicos tinha crescido**, mas não tinha essa **centralidade midiática** que tem hoje. Naquele período, essa religião era cerca de **20% da população**, apesar de não ter uma grande visibilidade como atualmente. Treze anos fizeram muita diferença”, relembra Livia.

A questão que mais chocou a pesquisadora naquele evento vem da fala da jovem do ônibus: por que essas pessoas são tidas como “os outros”, se são parte da mesma sociedade brasileira? “As pessoas enxergavam os **evangélicos** como ‘o outro’, como algo distante”, argumenta.

A partir desses questionamentos internos, a, então, advogada passa a pesquisar a relação entre **religião e política**, com um entendimento amplo sobre a política, e não apenas a eleitoral. “Penso política nesses estudos como uma forma de domínio da vida que te permite intervir e transformar o mundo, aquilo da esfera da ação”, afirma.



Foto: Arquivo pessoal

“Na década de 1980, havia a ideia de que evangélico não devia se meter em política, ele era apartado desse mundo, e o seu signo da salvação era o trabalho. Acredito que a prática cotidiana da igreja contribuiu para essa transformação. A igreja evangélica não seria o que é no Brasil se os fiéis não tivessem assumido, depois, o compromisso de intervir no mundo e fazer política”,

aponta **Livia Reis**, coordenadora do ISER.

Quando Livia fala sobre **religião e política**, com o recorte para o **grupo evangélico**, ela não está tratando apenas do ato de fazer política das principais lideranças, mas de como os membros religiosos assumem o compromisso com a igreja, com Deus e com eles mesmos. “É isso que a faz expandir, porque se o pessoal não coloca a mão na massa e faz o trabalho de formiguinha, não tem como a igreja existir.”

Em suas pesquisas, Livia busca entender o motivo de a religião mobilizar as pessoas, e sintetiza alguns elementos:

- O sentimento de **pertencimento e comunidade** ajuda a explicar, mas não é tudo;
- As pessoas vão à igreja para buscar **paz**, já que vivemos em um **sistema neoliberal** que exige muito de nós. O indivíduo trabalha cada vez mais, tem menos tempo de **produzir sentimento de pertencimento e de comunidade**, pouco tempo para lazer etc;
- Na **Igreja Universal**, há, por exemplo, uma valorização do **empreendedorismo**, ligado ao sucesso e à prosperidade,

ou seja, eu posso criar o meu bom trabalho ao invés de continuar sendo empregado ou explorado pelo outro;

- E há o discurso de **valorização do ser humano** nas igrejas, porque elas se adaptam ao mundo e ao **contexto cruel** vivido em determinado momento;
- Nas cidades, principalmente, ao ver inúmeras **peessoas que não têm o que comer**, os fiéis se sensibilizam. E, nas igrejas, as pessoas sentem que conseguem se mobilizar para **transformar a comunidade** ao seu redor ou o mundo em que vivem. É o sentimento de que estamos fazendo alguma coisa para mudar aquela realidade;
- Por último, os fiéis vão à igreja porque querem **vencer na vida**. As pessoas não vão nos templos somente porque **sentem falta de alguma coisa**, elas vão pois encontram coisas ali.

Livia alega que esses elementos encontrados em suas pesquisas de campo ajudam a compreender porque o **campo religioso mudou e cresce a cada dia** no Brasil.

O crescimento evangélico no Brasil

Mestra em Ciências da Religião e coordenadora da pesquisa **Evangélicos, Política e Trabalho de Base**, do Instituto Tricontinental de Pesquisa Social, Angélica Tostes lançou uma cartilha com o objetivo de debater as diferentes expressões da fé popular evangélica. Para a teóloga, o **segmento evangélico representa cerca de 30% da população brasileira**, índice ainda mais alto em regiões periféricas. A publicação visa compreender esse fenômeno religioso e como ele se organiza na sociedade.

>> Confira a cartilha “*Resistir com fé - evangélicos e trabalho de base*” no link: bit.ly/RCC_06_05, assim como o artigo “*A importância da escuta do campo evangélico*”, publicado no blog *Diálogos da Fé*, da Carta Capital: bit.ly/RCC_06_06

Marcas do colonialismo nos direitos de viver as religiosidades

Para a pesquisadora Livia, o pentecostalismo se destaca no poder do **Espírito Santo**, “nesse Deus que é vivo, que é poder, potência. Não é um Deus que está morto na cruz. Ele entra em seu corpo e te salva nessa vida. E o neopentecostalismo – que é um termo que eu não gosto de usar, porque acredito que o campo já mudou muito, e fazia sentido na década de 1990 – deu muita **centralidade para a mídia e o demônio**. E essa demonização vem de onde? Porque precisamos produzir um inimigo imaginário, pois se há uma **batalha espiritual** própria dessa teologia que divide o mundo entre o bom e o ruim, a parte má precisa ser dizimada.”

Essa teologia foi trazida dos EUA na década de 1970, onde nasce, e é aplicada no Brasil, e o demônio aqui, frisa Livia, assume as **características das religiões de matriz africana**. “Hoje estou mais empenhada em pensar porque no Sul Global isso faz mais sentido do que no Norte Global. E para mim fica evidente que o **colonialismo** deixa marcas que podem se perpetuar por um tempo que não sabemos. Mas a produção de inimigos nos países que têm essa experiência é uma constante, nos quais os inimigos são os negros e a cultura negra.”

A integrante do ISER entende que a criação desses inimigos não se limita à atuação de algumas **denominações pentecostais** ou tão somente ao **colonialismo**, mas também pelo catolicismo. “Esses inimigos têm uma origem, e ela é representada pelas **tradições africanas**. A gente, enquanto nação, foi forjado na ideia de que sempre temos

um inimigo a combater, e quando a igreja diz que esse inimigo tem cara e são as religiões africanas, todo esse **racismo** entranhado nas pessoas toma uma forma violenta.”

>> Conheça a plataforma de dados, reportagens e artigos, *Religião e Poder*: bit.ly/RCC_E6_07

Caminhos para o diálogo inter-religioso

Frei Marx Rodrigues aponta um elemento que **aproxima as diferentes religiões**: a crença em uma ou mais divindades. Essa concepção da existência de uma divindade, a qual norteia a vida das pessoas, congrega milhões de seres humanos. Logo, **essa crença contribuiria para o diálogo** entre diferentes credos.

“Outro ponto é enxergar como os valores fundamentais de diferentes religiões são comuns, como o **valor da vida, da esperança, do amor, da crença, de ser capaz de acreditar mesmo que a vida esteja em intempéries**. E é esse lugar comum que ajuda a unir as religiões num espaço inter-religioso que movimenta as pessoas, mais ainda do que as normas. É entender que, mesmo estando em diferentes religiões ou religiosidades, a maioria dessas pessoas têm **valores em comum**”, justifica o franciscano.

A coordenadora Livia Reis argumenta que, no ISER, há a premissa em **dialogar com as múltiplas religiões ou religiosidades**, inclusive com os setores mais conservadores. Para além disso, ela ressalta algo importante que norteia o trabalho da organização: a valorização das diferenças. “Você não tem que respeitar o seu próximo, **você tem que valorizar a existência dos diferentes**. Precisamos valorizar as diferenças, e não transformá-las em inimigas e aniquilá-las.”

Por fim, o pastor Henrique Vieira frisa que, como religioso, cristão e discípulo de Jesus, não deseja que a sua fé seja instrumento de constrangimento em relação às demais pessoas. O seu desejo é que se **construam pontes e conexões a serviço do bem comum**. “Estou no parlamento para defender pautas comuns, como de **justiça socioambiental e de direitos humanos**. A minha fé se realiza à medida que eu me coloco ao lado dos pobres, oprimidos, famintos, dos sem terra, dos sem teto, das mulheres, dos indígenas, do povo negro.”

Na quinta edição da **Revista Casa Comum** foi produzida a reportagem **Fé, política e diversidade: por uma democracia permeada pelo cuidado com a Casa Comum**.

>> Confira: bit.ly/RCC_E5_EmPauta2



Vozes em ação

Em defesa da cultura dos povos tradicionais de matriz africana, que vai muito além da religião

A promoção de políticas públicas pela liberdade religiosa das populações afro-brasileiras tem sido o alvo da militância de lideranças como **Adriana da Silva**, **Iyálorisà Adriana t'Omólú**.

Pedagoga e professora aposentada da rede pública de educação, a matriarca da Unidade Territorial Tradicional Ilê Àṣe Omólú Àti Òsún, atua no Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (Fonsanpotma).

Nesse espaço, **luta contra o racismo e em defesa dos direitos dos povos tradicionais de matriz africana**, por meio de ações de formação e de incidência política, como a que resultou no **Projeto de Lei 1.279/2022 (PL Makota Valdina)**, protocolado em maio na Câmara dos Deputados, que exige do Estado a promoção de políticas públicas de reparação histórica referente aos crimes contra a humanidade cometidos durante o período da escravidão.



O racismo sistemático afeta o nosso sagrado para nos desumanizar, mas também nos limita ao religioso. Nossa luta passa pelo reconhecimento de nossas populações enquanto povos, com uma língua, um território, um sagrado, um alimento, uma indumentária, enfim, com uma cultura própria que orienta nosso modo de viver e de nos relacionar conosco mesmos, com o meio ambiente e com as pessoas.”



Foto: Arquivo pessoal

Adriana comemora avanços como a instituição do **Dia Nacional das Tradições das Raízes de Matrizes Africanas e Nações do Candomblé** (celebrado em 21 de março), primeira lei assinada pelo presidente Lula em seu novo mandato. A data, cujo objetivo é homenagear e dar visibilidade aos cultos que mais sofrem com o racismo religioso, coincide com o marco da Organização das Nações Unidas (ONU) pelo **Dia Internacional contra a Discriminação Racial**.

“Falar de religião no Brasil é falar de liberdade de crença, que está garantida em lei. Em um país cristão, nossa luta é pela legitimação dessa liberdade. Nossas origens são anteriores ao cristianismo”, afirma a Iyálorisà.

A **Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais** tem como principal objetivo promover o desenvolvimento sustentável dos povos e comunidades tradicionais, com ênfase no reconhecimento, fortalecimento e garantia dos seus direitos territoriais, sociais, ambientais, econômicos e culturais, com respeito e valorização à sua identidade, suas formas de organização e suas instituições.

>> Saiba mais: bit.ly/RCC_E6_08



Iyá Gilda Oxum lidera primeira Coordenadoria Geral da Promoção de Liberdade Religiosa do MDHC

Com apenas 30 dias de nomeação, quando entrevistada pela **Revista Casa Comum** no final de julho de 2023, **Iyá Gilda Oxum** é a primeira coordenadora geral de **Promoção da Liberdade Religiosa do Ministério de Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC)**. Como a pasta é nova e a oficialização do cargo é recente, a servidora pública explica que o caráter do espaço não é decisório, mas funciona como ponte entre a sociedade e o ministério.



Foto: Arquivo pessoal



Nesse período, após a minha nomeação, só estamos apagando fogo. É muito bombardeio e informações atravessadas. A intenção, na verdade, é que, no segundo semestre, tenhamos um tempo para respirar e conhecer realmente as demandas ligadas à coordenadoria”, aponta Gilda, integrante da casa de axé **Centro Cultural Ilê Odé Axé Omo Oxum**, da Nação Keto, em São Paulo.

Uma das demandas já assumidas pela pasta está ligada aos **refugiados afegãos** barrados no **aeroporto de São Paulo**. “A **intolerância religiosa** atinge muito esse grupo, já atendido por outros setores dentro do ministério. Também estamos lidando com casos de intolerância contra brasileiros residentes em outros países. A proposta é recebermos as denúncias e tentar a paz entre as pessoas”, afirma a coordenadora.

No caso dos refugiados do Afeganistão, segundo Gilda, uma das demandas eram os banhos para que pudessem fazer os seus rituais. Então, a coordenadoria entra em contato com o aeroporto para tentar solucionar o problema. Outro exemplo apontado pela servidora se refere às **religiões de matriz africana**, que enfrentam dificuldade, nos aeroportos, para transportar as ervas e santos para suas celebrações. Em ambos os casos, a coordenadoria pode recorrer ao diálogo com outros ministérios, órgãos ou autarquias do governo.



Não estamos aqui para ensinar nada às religiões, estamos aqui para dialogar, fazer pontes. No caso das denúncias, o Disque 100 será uma das principais fontes de recebimento de informações. Mas ainda está em reconstrução esse canal.

PAPO RETO

HUMANISMO PROFUNDO E DEMOCRACIA SOCIOECOLÓGICA: COMO SERES HUMANOS PODEM RETOMAR CAMINHO DE CUIDADOS CONSIGO E COM A CASA COMUM

Em entrevista exclusiva à Revista Casa Comum, o filósofo, teólogo e escritor Leonardo Boff faz uma análise da falta de humanidade enquanto um dos problemas mais angustiantes da cultura mundial atual e reforça a importância da vida do espírito como caminho para um olhar cuidadoso para com os irmãos e irmãs e para o meio ambiente.

Por Maria Victória Oliveira

Além de mostrar que todos os seres humanos estão suscetíveis a padecer de um vírus de surgimento repentino, a pandemia de Covid-19, uma das maiores tragédias da história recente, também demonstrou como **a ação humana prejudica o meio ambiente**, diariamente e a todo minuto, e **faz uso indevido e incansável de seus recursos finitos**. Desde os canais de Veneza, na Itália, cujas águas ficaram mais claras com a ausência dos turistas e barcos, até mesmo satélites apontando melhoria na qualidade do ar simultaneamente em diferentes cidades brasileiras, fato é que a natureza se beneficiou dos carros parados nas garagens, de menos aviões no céu e da humanidade em quarentena.

Os **efeitos da globalização** têm sido amplamente debatidos por diferentes personalidades, pesquisadores e especialistas e suas linhas de estudo, que **criticam a diminuição de cuidados para com o meio ambiente** em prol do acúmulo desenfreado e do consumismo acelerado. Na **encíclica Laudato Si'**, o Papa Francisco cita a chamada Casa Comum enquanto **"irmã que clama contra o mal que lhe provocamos por causa do uso irresponsável e do abuso dos bens que Deus nela colocou."**

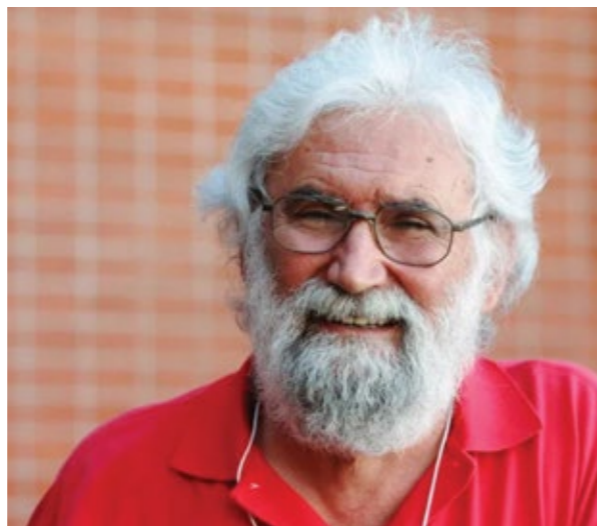


Foto: Acervo leonardoboff.org

Para **Leonardo Boff**, filósofo, doutor em teologia, escritor, professor e membro da Iniciativa Internacional da Carta da Terra, a falta de um olhar atento para o outro e as múltiplas agressões à Mãe Terra são sintomas da falta de humanidade, o que chama de um dos problemas mais angustiantes da cultura mundial atual.



Autor de mais de 60 livros sobre teologia, espiritualidades, filosofia e antropologia, entre eles *Ética e Espiritualidade: como cuidar da Casa Comum*, o filósofo defende que é somente o chamado humanismo universal, sem qualquer discriminação, que poderá devolver a humanidade aos seres humanos, atualmente coberta pelo individualismo, egoísmo, insensibilidade e falta de compaixão e cuidado de uns com os outros e com o meio ambiente.

Em entrevista à **Revista Casa Comum**, o autor comenta sobre como a **espiritualidade extrapola os limites de cada religião e une todas e todos** enquanto seres capazes de transformar a realidade, e, portanto, cuidar de sua Casa Comum. Confira a seguir.

Revista Casa Comum: Se a falta de humanidade é essa ausência de olhar para o outro em suas dores, buscas e necessidades, o que seria esse humanismo radical ao qual você se refere?

Leonardo Boff: Uma das consequências das religiões e, principalmente, da tradição judaico-cristã, é a promoção do ser humano em sua humanidade. Todas as religiões, além de promover o encontro com a divindade, buscam uma humanização do homem, pois todas dão centralidade ao amor, à solidariedade, à compaixão e à reverência face ao Sagrado.

Os neurocientistas identificaram o que chamaram "o ponto Deus no cérebro". Ao abrir-se a Deus ou ao Sagrado, verificaram que, na parte frontal do cérebro, há uma significativa aceleração dos neurônios. Assim como temos órgãos exteriores, como os olhos, o ouvido e outros, dizem que temos um órgão interior pelo qual captamos aquela energia poderosa e amorosa que tudo sustenta, que costumamos chamar de Deus. Ocorre que nossa cultura materialista e consumista cobriu com cinzas esse ponto Deus. Cabe liberá-lo para nos fazer mais sensíveis, mais abertos ao mistério de todas as coisas e àquele Ser que faz ser todos os seres, vale dizer, Deus. Abrir-se a essa Suprema Realidade significa realizar um humanismo profundo, verdadeiramente radical.

Revista Casa Comum: Essa centralidade do amor, solidariedade e compaixão expressa por todas as religiões dialoga com a encíclica Fratelli tutti, do Papa Francisco. O texto fala de um amor que ultrapassa as barreiras da geografia e do espaço e uma fraternidade aberta, que permite reconhecer, valorizar e amar todas as pessoas, independentemente da sua proximidade física, de onde nasceu ou habita. Apesar de ser um posicionamento da igreja católica, a encíclica pode ser encarada como uma "forma de vida" conectada à espiritualidade e ao respeito a todos os seres e ao meio ambiente?

Leonardo Boff: O amor pertence ao DNA do ser humano. Quem o diz é o grande biólogo James D. Watson, que, em 1952, decodificou o código genético humano em seu livro

DNA: o segredo da vida. Ele diz que "a essência de nossa humanidade reside no amor, esse impulso que nos faz ter cuidado com o outro e que permitiu nossa sobrevivência neste planeta". Esse dado científico vem corroborar a mensagem de Jesus e da fé cristã. Segundo São João, Deus é amor. Já São Paulo, nos seus textos, de forma resumida, afirma: "quem tem o amor tem tudo". Esse amor não é monopólio do cristianismo e de nenhuma religião, é um dado objetivo de nossa própria realidade humana. Como diria o poeta e escritor italiano Dante Alighieri, no final dos três cânticos: "O amor move o céu e todas as estrelas." E eu diria, também, nossos corações.

Revista Casa Comum: Além desse amor que representa a essência de nossa humanidade, que outras características nos fazem ter esse olhar cuidadoso para com o outro e também para com a Mãe Terra?

Leonardo Boff: A solidariedade é um traço essencial do ser humano. Foi ela que permitiu o salto da animalidade para a humanidade. Isso ocorreu quando nossos ancestrais buscavam o alimento e não o comiam sozinhos, mas o levavam ao grupo, serviam primeiro os mais novos, depois os mais velhos e, finalmente, todos comiam juntos. Essa solidariedade, uma verdadeira comensalidade, nos fez humanos. O que valeu ontem, possui valor ainda hoje. E como ela nos faz falta.

Revista Casa Comum: No contexto da Covid-19, você comentou que o mais difícil de sustentarmos é a esperança, já que estamos todos cansados. No que se baseia essa esperança? Fé, religião e espiritualidade podem ser fontes de renovação para o cuidado conjunto e responsável da Casa Comum?

Leonardo Boff: A esperança é mais que uma virtude. É um princípio, vale dizer, uma energia interior que nos leva sempre a melhorar, a projetar sonhos de um futuro bem-aventurado. Como acentua [a encíclica] *Fratelli tutti*, ela pertence ao profundo humano e, também como o amor, pertence à nossa essência. Somos seres de esperança

que continuamente vivem o esperar do educador Paulo Freire, que é o empenho humano de transformar a esperança em impulso para o novo e para a geração de uma nova forma de viver, na qual não seja tão difícil o amor.

Revista Casa Comum: O que abrange o conceito de democracia socioecológica? Essa abordagem pode nos guiar em direção a um melhor e mais intencional cuidado?

Leonardo Boff: Hoje as Ciências da Terra e da vida se deram conta de que todos os seres, especialmente os vivos, são compostos com os mesmos elementos que maduraram nas grandes estrelas vermelhas. Estas explodiram e espalharam os elementos por todo o espaço. Surgiram as galáxias, as estrelas e os planetas, como o nosso. Um laço de parentesco une a todos os seres, como o enfatiza a Carta da Terra e a *Fratelli tutti*.

Por causa disso, todos os seres possuem um valor próprio, independentemente do uso humano, como diz o líder indígena, ambientalista e filósofo, Ailton Krenak, em *A vida não é útil*. Daí a Organização das Nações Unidas (ONU) ter declarado os direitos da natureza e, especialmente, da Mãe Terra. Como são sujeitos de direitos, todos eles são nossos cidadãos e compõem a nossa convivência humana. Daí ser a democracia uma biocracia, ou uma democracia socioecológica.

A lógica capitalista tem sido amplamente criticada enquanto abordagem econômica que não considera os efeitos da ação humana na natureza.

Em *A vida não é útil*, Ailton Krenak, líder indígena da etnia Krenak, ambientalista, filósofo e escritor, recorre ao rompimento de uma barragem de contenção de resíduos, que poluiu mais de 600 quilômetros de rio, para afirmar que *“quando nós despersonalizamos os rios e as montanhas e tiramos deles o seu sentido, que consideramos ser um atributo exclusivo dos humanos, nós lideramos esses lugares para que se tornem resíduos da atividade industrial e extrativista.”*

Trata-se, então, de uma dualidade: enquanto os povos da floresta tratam montanhas, rios e suas águas e a floresta e suas árvores e frutos como entidades vivas e, portanto, usam a natureza com responsabilidade, consideração e respeito, única e exclusivamente para sua sobrevivência, a sociedade capitalista, majoritariamente encabeçada por homens brancos, depreda, explora, desmata e violenta o meio ambiente, sem considerar a importância de ciclos naturais para a continuidade da vida no planeta.

Alguns movimentos e organizações têm surgido para mostrar – e tentar executar – outros caminhos e alternativas para o capitalismo, isso porque muitas economias têm mostrado sua insustentabilidade. No contexto brasileiro, por exemplo, 49% dos brasileiros (23% da população) afir-

mam não ter renda suficiente para se manter e precisam do apoio do governo, segundo dados do Cadastro Único (CadÚnico); já a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas aponta que quatro em cada dez brasileiros estavam negativados até setembro de 2022; no segundo trimestre de 2022, mais de 10 milhões de pessoas estavam desempregadas no país, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Assim, especialistas reforçam não só a importância, mas a necessidade de novos modelos econômicos, como acredita Ladislau Dowbor, professor titular de pós-graduação da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo. *“Um denominador comum é que nós precisamos de uma sociedade economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente sustentável. Não podemos continuar nesse rumo destrutivo ambientalmente, é inviável”*, afirmou na terceira edição da **Revista Casa Comum**, que teve como tema as economias transformadoras.

A edição traz reportagens e análises sobre economias solidárias para a construção de outros mundos possíveis e um olhar cuidadoso para a humanidade e para o planeta.

Na opinião de Naiara Bittencourt, advogada na organização Terra de Direitos, integrante da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos e Pela Vida e do Coletivo de Articulação Política (CAP) da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), é preciso *“pensar como é possível fortalecer o Estado brasileiro, para coibir práticas ilegais [desmatamento, queimadas, elevação das milícias rurais, do garimpo ilegal e de armas de fogo], ao mesmo tempo em que valorizamos os povos que ocupam esses territórios: povos originários, comunidades tradicionais e quilombolas, que tradicionalmente preservam essas áreas. Ou seja, é preciso retomar outras possibilidades de vida, de preservação, e valorizar modelos que já existem”*, destacou em entrevista à **Revista Casa Comum**.

>> Confira a edição na íntegra: bit.ly/CasaComum_3ed



Revista Casa Comum: Como você mencionou, Ailton Krenak fala sobre como os povos originários, que estão vivendo na pele os efeitos da lógica do ocidente, “escaparam” e resistiram para não serem engolfados pelo mundo utilitário. Como aprender, principalmente com os povos originários, sobre o exercício da espiritualidade e conexão e respeito para com o meio ambiente?

Leonardo Boff: Os povos originários mantêm com a natureza não uma relação utilitarista, mas de participação e comunhão. Nós, da cultura dominante, sentimo-nos senhores e donos da natureza, como o formularam os pais do paradigma da modernidade nos séculos 17 e 18. Na verdade, como enfatiza a *Fratelli tutti*, somos parte da natureza. Todos os seres vivos possuem o mesmo código genético de base, desde a bactéria que surgiu há 3,8 bilhões de anos, passando pelos dinossauros e os colibris, e chegando ao ser humano, temos os mesmos 20 aminoácidos e as mesmas 4 bases fosfatadas. Quer dizer, somos de fato, e não poeticamente, irmãos e irmãs. Mas não nos tratamos como tais. São Francisco intuiu essa realidade e chamava sinceramente a todos os seres com o doce nome de irmãos e irmãs. Só sairemos de nossa atual crise se fizermos a travessia do “senhor e dono” (*dominus*) para o irmão e irmã (*frater, soror*).

Revista Casa Comum: A ética do bem-viver dos andinos baseia-se no equilíbrio entre humanos, natureza e o universo, enquanto parte e não donos da natureza. Como é possível adotar e seguir essa postura e evitar o que você chama de relativização dos valores éticos, uma das consequências da globalização?

Leonardo Boff: A ética trata do bem-viver. A moral aborda as formas como os humanos, em suas diferentes culturas, procuram realizar o bem-viver. Então, surgem as várias formas da moral, mas todas elas se baseiam na ética fundamental do bem-viver, ou, como os clássicos diziam,

a busca da felicidade. Hoje perdemos o sentido da ética e vivemos a confusão das morais, próprias de cada cultura. Não se busca mais o bem comum, o que seria a ética. Esta foi enviada ao limbo. Todos procuram meios para buscar satisfazer seus desejos, identificados por itens superficiais, como o acúmulo de riqueza, de *status*, de prazeres frívolos. Seriam essas as várias morais.

Como cada cultura apresenta o seu caminho, busca-se o que mais convém a cada um, sem maiores compromissos com o bem comum. Todos vivemos, hoje, sob a cultura do capital, que nos obriga a trabalhar para acumular, para consumir e para desfrutar dos bens e serviços escassos da natureza. Só com uma espiritualidade da autocontenção, da justa medida e da solidariedade podemos nos livrar da força sedutora da cultura do capital.

Revista Casa Comum: Como essa espiritualidade da autocontenção se relaciona com a vida do espírito e como isso se traduz em um maior cuidado e atenção para com o planeta?

Leonardo Boff: A importância da vida do espírito foi vista por Antoine de Saint Exupéry, conhecido pelo seu famoso *O pequeno príncipe*. Em 1944, antes de tomar o avião e depois se precipitar no Mediterrâneo, deixou sobre a mesa *Uma Carta ao General X*. Nela, diz que conhecemos a vida do corpo e, para isso, temos a medicina; temos a vida da psique, e nos assistem os psicólogos e psicanalistas. Só que esquecemos a vida do espírito, que vive do amor, da solidariedade e da reverência. Se tivéssemos cultivado a vida do espírito, não teríamos, diz ele, a guerra atual que ceifa milhares de vidas. E termina dizendo: *“Como temos saudade de Deus.”*

A vida do espírito nos faz sensíveis a tudo o que é bom, justo, amoroso e sagrado. Quem cultiva a vida do espírito, cuida de seu espírito, dos outros e da natureza da qual se sente parte, e, especialmente, da vida do espírito que tem a ver com Deus, que confere coesão e sentido à vida.

Fique por dentro

Acesse os links e saiba mais sobre a relação entre espiritualidade, ecologia e o cuidado com a Casa Comum.

- *A importância fundamental da vida do espírito*
bit.ly/RCC_06_09
- *O colapso atual da ética*
bit.ly/RCC_06_10
- *Princípio-bondade: um projeto de vida*
bit.ly/RCC_06_11

- *Um humanismo radical*
bit.ly/RCC_06_12

- *A vida não é útil*
bit.ly/RCC_06_13

- *Encíclica Laudato Si'*
bit.ly/CasaComum_E4_62

- *Encíclica Fratelli tutti*
bit.ly/RCC_06_14

RAIO-X

UM SOBREVIVO PELAS MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS BRASILEIRAS E PELO MODO COMO O ESTADO ENCARA A LIBERDADE DE PENSAMENTO, CONSCIÊNCIA, RELIGIÃO E EXPRESSÃO

Por Adriana Carrer e Karynna Luz

Como direito fundamental, as diferentes formas de espiritualidade estão protegidas por leis e instrumentos internacionais, como a **Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção Internacional sobre Direitos Civis e Políticos**, que buscam garantir, para os cidadãos, a possibilidade de **expressar suas crenças e espiritualidades sem discriminação** ou coerção. Importante destacar que a diversidade religiosa não se sustenta unicamente pela coexistência de diferentes religiões, mas pelo **diálogo, liberdade, harmonia e respeito inerentes e mútuos**, assim como a cooperação entre diferentes grupos religiosos e culturais.

“É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a sua liturgia, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de **internação coletiva**”, (Constituição Federal de 1988).



As religiões do povo brasileiro



Fonte: Censo Brasileiro de 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

(*)Até o fechamento desta edição, os dados do Censo de 2023 referente às religiões ainda não tinham sido divulgados.

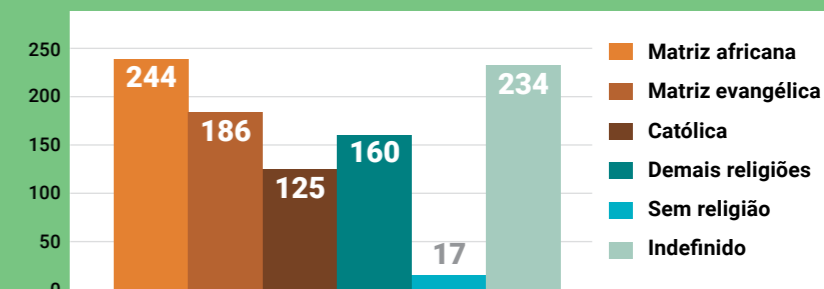
Uma triste realidade: intolerância religiosa

Apesar do amparo legal, a realidade, no que diz respeito à liberdade da prática religiosa, é crítica. **Entre 2019 e 2021, foram totalizados**

1.796 casos

de intolerância religiosa no Brasil.

Casos de intolerância religiosa no Brasil (2021)



O serviço de atendimento **Disque 100** – canal para denúncias de violações de direitos humanos – mostra que os crimes ligados à intolerância religiosa, como um todo, **cresceram 45% nos últimos dois anos.**

Fonte: II Relatório sobre intolerância religiosa: Brasil, América Latina e Caribe, 2021, p.37. bit.ly/RCC_06_64

Políticas públicas voltadas para o direito em exercer uma religião



Lei 11.635/2007

Institui o dia 21 de janeiro como Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa. bit.ly/RCC_06_58



PL 4.188/2020

Garantias e Direitos Fundamentais ao Livre Exercício da Crença e dos Cultos Religiosos – regulamenta o livre exercício de cultos religiosos e dá caráter cultural a entidades. bit.ly/RCC_06_61

O arcabouço legal tem o propósito de abordar a **diversidade e a discriminação religiosa** em um espaço plural de diálogo, no qual, todas as expressões de espiritualidade possam ter sua garantia de coexistência sem que haja exclusões de cunho político e público. Ao reconhecer a intolerância religiosa como um desafio do Estado, as políticas públicas podem se apresentar como **uma abordagem prática** para fortalecer a dignidade do indivíduo. Alguns exemplos:

Religiosidade indígena, riqueza cultural e espiritualidade

Falar sobre religiosidade dos povos indígenas é falar sobre uma riqueza cultural e espiritual, que está intimamente ligada à natureza e aos recursos naturais. Veja o que alguns **indígenas pensam sobre espiritualidade**:



Aqueles de nós e a sociedade como um todo, enquanto não reconhecermos o mundo, o universo, a natureza, o ser humano, como uma essência sagrada, enquanto não tiver esse conhecimento, até a esperança está comprometida. Porque, o que os grandes sábios dizem, e o que eu tenho percebido é que um dos grandes motivos da sociedade estar tão perdida, é pelo fato dela ter se distanciado do sagrado. Ou seja, se separar da ideia de que somos um organismo maior, a natureza não está separada da gente.”



Alice Pataxó

(@alice_pataxo) indígena da etnia pataxó, comunicadora e ativista (BA).

Depoimento extraído de seu Instagram, em: bit.ly/RCC_06_16



A maior parte das minhas melodias vem dos meus sonhos. Aprendi a escutá-los com minha mãe e a registrar depois. Ela me ensinou que o que sonhamos tem ligação profunda com a espiritualidade. São portais de aprendizado, o que recebemos dos nossos ancestrais.”

Kaê Guajajara

(@kaekaekae) indígena da etnia guajajara, cantora, compositora, atriz, autora e ativista.

Depoimento extraído de matéria no UOL, em: bit.ly/MateriaKaeGuajajara



Das conexões além das raízes, das ligações além do espírito, estamos buscando nosso lugar no futuro, na justiça, no nosso território e no mundo. A luta não mudou, mas ganha novo formato, novas ferramentas, eles derrubaram árvores, mas somos nós a floresta, e vamos protegê-la.”



Kaká Werá

(@kaka.wera) indígena da etnia tapuia, escritor, ambientalista, empreendedor social da rede Ashoka (SP)

Depoimento extraído de entrevista concedida a Daniel Munduruku, em: bit.ly/RCC_06_15

EM PAUTA

DAS CONFLUÊNCIAS DA FÉ: O SINCRETISMO RELIGIOSO PELO PAÍS E A PRESERVAÇÃO DOS SABERES E DAS CULTURAS TRADICIONAIS

Por Lívia Lima*

Quando eu era criança, no 27 de setembro, todas as meninas e os meninos da rua saíam para receber doces em uma das casas que os entregava em saquinhos de presente. Era uma grande alegria no bairro, tal qual o Dia das Crianças. Além disso, era o aniversário de uma de minhas primas e, para mim, parecia que tudo era comemoração em sua homenagem.

O costume, no entanto, advinda do Dia de São Cosme e Damião, os gêmeos pequenos santificados pela igreja católica. Mais tarde, descobri que se tratava de uma celebração para os erês, dentro das práticas das religiões de matrizes africanas. Cresci dentro da igreja católica, em uma comunidade de São João Batista, do bairro Jardim Nordeste, na periferia da zona leste de São Paulo (SP).

Quermesse e fogueira sempre fizeram parte de meu calendário. Já adulta, fui apresentada à ideia do paralelo entre o santo católico, profeta que denunciava os poderosos, e Xangô, o orixá da justiça. **Todas as tradições de sincretismo religioso estavam lá**, mas não as reconhecíamos como tal.



O Terno das Pescadoras das águas do Rio Paraguaçu. Andaraí (BA), 2023. Foto: Thomas Bauer

A história do Brasil foi construída a partir do encontro (nem sempre cordial) de diversos povos. Cada um deles contribuiu para a **cultura do país em diferentes realizações** e, em muitos casos, aconteceram fusões e cocriações, assimilando diferentes tradições, inclusive religiosas.

O que hoje chamamos de **cultura popular, muitas vezes, representa rituais e celebrações de fé**. As festividades juninas, Folia de Reis, Tambor de Crioula, Congadas, entre tantas outras manifestações, são alguns exemplos.

Dentro do contexto cultural contemporâneo, ainda é possível perceber resquícios de **preconceito e racismo** relativos a essas manifestações, caracterizadas como *naif* ou folclore, devido à predominância de uma ideologia ocidental que renega a espiritualidade da dimensão humana. A técnica e a ciência se sobressaíram em detrimento das práticas do sagrado.

A separação entre razão e emoção tornou-se padrão.

Comunidade do Rosário da Penha. Foto: divulgação



No que diz respeito às tradições das culturas afro-brasileiras e indígenas, elas estão em consonância com cosmopercepções, em que esses elementos não são dissociados. O ser e estar no mundo, muitas vezes, pressupõe uma **conexão com a espiritualidade que orienta todas as ações**.

No romance *Um Defeito de cor*, de Ana Maria Gonçalves, a protagonista Luísa (ou Kehinde) sempre consultava seus líderes religiosos para obter previsões do futuro e, assim, entender que decisões tomar. Essa obra, que narra a trajetória de uma personagem real a partir de pesquisas além dos relatos ficcionais, mostra como historicamente ocorreram assimilações de crenças e como elas faziam sentido para as pessoas escravizadas.

É comum atribuir ao **sincretismo religioso** uma forma de alternativa para a prática de religiões africanas dentro do catolicismo, única oficialmente aceita no Estado brasileiro por séculos. Porém, é necessário considerar que essas populações tinham a possibilidade de incorporar elementos do **cristianismo em suas tradições politeístas**. Foi dessa forma que se estabeleceram irmandades em diferentes regiões, como a da Boa Morte na Bahia, que se tornaram fundamentais para o fortalecimento do povo preto e no enfrentamento à escravidão. Ainda hoje, há comunidades como a do **Rosário dos Homens Pretos da Penha, na zona leste de São Paulo**, reunindo pessoas negras, católicas ou não.

O intelectual e líder **quilombola Antônio Bispo dos Santos utiliza o conceito de “confluência” para definir a convivência entre elementos diferentes**, mas com aproximações a partir de suas cosmopercepções, sobretudo em relação aos povos tradicionais. Nos territórios onde o sistema capitalista

ocidental não foi plenamente implementado, nas fissuras do projeto colonial, é possível afirmar que coexistem modos de vida de forma mais orgânica.

As periferias urbanas são, em alguma medida, espaços onde essas fissuras também se revelam. Não à toa, em minha infância, era natural a participação de pessoas de diferentes **crenças em rituais das religiões afro-brasileiras**, porque eles fazem parte da base de nossa cultura comum, constituída a partir da transmissão da memória coletiva.

Atualmente, a colonização segue em andamento, manifestada em tentativas de impor uma única e legítima orientação político-religiosa, comprometendo essa **convivência pacífica**. Em muitos territórios periféricos, sobretudo nas favelas, é frequente a denúncia de criminosos que proíbem manifestações das religiões de matrizes africanas. Dados do Disque 100, canal para denúncias de violações de direitos humanos, apontam que o número de **denúncias de intolerância religiosa no Brasil aumentou 106%** entre 2021 e 2022, sendo a maioria das vítimas mulheres praticantes de umbanda e candomblé.

Enfrentar a intolerância e o racismo religioso, valorizar e preservar os saberes e as culturas tradicionais são atitudes fundamentais para reconhecer nossa ancestralidade e a importância da dimensão espiritual humana e da natureza em toda a sua diversidade.

* Lívia Lima é jornalista, mestre em Estudos Culturais e cofundadora da organização jornalística *Nós, mulheres da periferia*.

EM PAUTA

IGREJAS E INICIATIVAS SOCIAIS E RELIGIOSAS ABREM AS PORTAS PARA PESSOAS EXCLUÍDAS EM OUTROS ESPAÇOS E EXPRESSÕES DE FÉ

Valores universais e acolhimento ao próximo devem abraçar as diversidades em todas as religiões.

Por Maria Victória Oliveira

De acordo com a pesquisa *Global Religion 2023*, realizada em 26 países, 89% dos brasileiros dizem acreditar em Deus ou em um poder superior; 90% – a maior taxa entre as nações pesquisadas – afirmam que essa crença em uma força maior ajuda na superação de crises; enquanto **70% acreditam que pessoas com uma fé religiosa são mais felizes**.

Os dados apontam que, em momentos desafiadores e de dificuldades, seja por motivo de doenças, desastres, seja por conflitos, grande parte dos brasileiros busca, na religião, **consolo e refúgio para renovação de forças** e enfrentamento aos desafios diários.

É fundamental, portanto, que ambientes de expressão de fé, independente da religião à qual pertençam, estejam abertos a abraçar as múltiplas diversidades do povo brasileiro. Nesse contexto, o país tem visto surgir inúmeros **espaços religiosos que acolhem os grupos minorizados e invisibilizados**, que não se sentem bem-vindos em religiões e templos tidos como mais tradicionais.

Esse é o caso de **Alexya Salvador**. Se hoje, com seus quase 43 anos, soma conquistas – realizou sua transição de gênero, é professora, empreendedora, mãe de três filhos, a primeira travesti a se tornar reverenda na América Latina e a concluir, em 2015, um processo de adoção no Brasil –, nem sempre foi assim.



Foto: Wanezza Soares

Desde os sete anos, frequentava a igreja católica, onde se sentia protegida. Com o tempo, passou a encontrar muita dificuldade em poder realizar sua transição de gênero dentro da vida pautada no cristianismo. No ano de 2009, entrou em contato com a **Igreja da Comunidade Metropolitana (ICM), de vertente protestante**. “Foi lá que pude ressuscitar a minha fé e, depois de três anos, fazer a minha transição de gênero com calma. Encontrei uma igreja que me disse: ‘se é isso o que você realmente deseja, te daremos todo o suporte.’”

Intolerância que mata

Quando o assunto é violência contra grupos minorizados e intolerância religiosa, o Brasil ainda soma números alarmantes.

- Segundo o **Dossiê Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais Brasileiras**, pelo 14º ano consecutivo, o Brasil figura como o país que mais assassinou pessoas trans e, ao mesmo tempo, o que mais consome conteúdos pornográficos trans nas plataformas digitais de conteúdo adulto.
- O **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022** aponta um aumento na violência contra pessoas LGBTQIA+: 35,2% mais agressões, 7,2% mais homicídios e 88,4% mais estupros.
- De acordo com o relatório **Respeite o Meu Terreiro – Mapeamento do Racismo Religioso Contra Os Povos Tradicionais de Religiões de Matriz Africana**, 78% dos entrevistados relataram que membros de suas comunidades já sofreram algum tipo de violência, física ou verbal, por racismo religioso.
- Entre 2021 e 2022, houve um aumento de **106%** no número de **denúncias de intolerância religiosa no Brasil**, com média de três denúncias por dia.

Cristianismo acolhedor

Fazer uma faculdade de teologia e estudar a teologia *queer* – que abarca vieses relacionados à identidade e à orientação sexual – possibilitou que Alexya Salvador fosse ordenada clériga em 26 de janeiro de 2020, três dias antes do **Dia Nacional da Visibilidade Trans**, e, com isso, se tornar reverenda da ICM. Hoje, usando uma faixa com as cores da bandeira trans por cima da batina, prega por um cristianismo acolhedor.



O verdadeiro ambiente cristão acolhe a pessoa em sua totalidade, da forma que Deus a fez. Mas precisamos ir além. Falamos em comunidades afirmativas, que percebem as pessoas como um arcabouço de vida, e, com isso, afirmadas naquilo que são em sua identidade, passam a se sentir amadas, valorizadas, queridas e recebidas com carinho. E quem não gosta disso?”, reflete Alexya.

Acenos da igreja católica

Em janeiro deste ano, o Papa Francisco declarou em entrevista à *Associated Press* – e amplamente divulgada pelos meios de comunicação na ocasião – que ser homossexual não é crime, e que leis que criminalizam a homossexualidade, mesmo que em relações privadas e consensuais – como acontece em 66 jurisdições pelo mundo, segundo o *The Human Dignity Trust* –, são injustas, já que Deus ama a todos os seus filhos como são.

Essa posição da mais alta autoridade da igreja católica ganha ainda mais relevância ao considerar que, segundo a pesquisa *Global Religion 2023*, realizada em 26 países, 70% dos brasileiros dizem acreditar em Deus como descrito no livro sagrado – como Bíblia, Alcorão e Torá –, atrás apenas de África do Sul e Turquia e empatado com a Índia. O Brasil se configura, de acordo com o estudo, como um dos países de maior porcentagem cristã, com 70% dos respondentes.

A fé que supera barreiras de religiões

Por mais que Alexya fale sob a ótica de pessoas LGBTQIA+, a premissa de inclusão e respeito vale para todos. Enquanto pastora, vê as religiões e os espaços de fé inclusivos como fundamentais, pois permitem uma **espiritualidade libertadora**. “É, na igreja, que posso recorrer aos meus irmãos e irmãs, onde podemos sarar ‘minhas dores’ e renovar as forças. A igreja não pode ser o espaço que condena e aponta o dedo”, reforça Alexya.

A reverenda faz uma análise de que o direito à vivência da fé, característica dos seres humanos, sempre foi concedido, majoritariamente, a pessoas pertencentes a cis-heteronormatividade, mas que é fundamental que a **sociedade compreenda a grande demanda por espaços mais acolhedores**.

“Quando encontro uma igreja, um terreiro de candomblé, um templo budista, enfim, um espaço dito para cuidar e acolher pessoas espiritualmente, eu entendo que as pessoas LGBTQIA+ também devem ser acolhidas. Jesus foi ressignificando a própria cultura e a si mesmo, pois era um homem judeu. Usou de parábolas e atos para mostrar que excluir não é um projeto de Deus, como se fazia com viúvas, com leprosos, com pessoas com deficiência, com os pobres. Marginalizavam em nome do Sagrado, e Jesus combateu essa exclusão. Portanto, espaços historicamente constituídos pela opressão, exclusão e mentira não refletem Deus.”

A harmonia do ecumenismo

Esse espaço acolhedor que Alexya encontrou é o que prega, diariamente, o **Irmão Henrique Peregrino**. Francês, deixou a Europa pela vontade de viver o Evangelho. Depois de 11 anos andando sozinho, recebeu, em 1998 em Salvador, na Bahia, um pedido do novo bispo para criar um espaço seguro para acolher pessoas em situação de rua. Depois de solicitar à arquidiocese, Henrique e um grupo de pessoas passaram a dormir e ocupar, no ano 2000, a, até então, abandonada **Igreja da Trindade, no bairro de Água de Meninos**.

Com o passar do tempo, as casas ao redor da Igreja também foram ocupadas e, assim, foi surgindo a Comunidade da Trindade, voltada, sobretudo, a **receber e acolher pessoas em situação de rua**. Apesar de seu templo pertencer à igreja católica, é uma **comunidade ecumênica** que conta com pessoas de 5 a 94 anos, onde já foram acolhidos desde pais de santo até pessoas espíritas.

“A partir do momento que a pessoa deseja morar na Comunidade e viver essa espiritualidade ecumênica, não tem nenhuma dificuldade. Acolhemos e procuramos valorizar cada tradição de fé na sua originalidade e expressão”, conta.



O exercício do amor ao próximo

Henrique se emociona ao contar a história do Vovô, um senhor em situação de rua que alegrava crianças e todos com quem tinha contato. Uma noite, Henrique se deparou com o senhor chorando em um beco durante a madrugada, que contou: “Se estou na rua hoje, é porque nunca ninguém me amou de verdade.”

A frase de Vovô deixou uma marca no peregrino, que reflete: “O que a humanidade mais precisa hoje é amar, para que cada um se sinta amado. Quando começar a agir assim, pode aparecer na sua frente um travesti, alguém que saiu da

prisão, que usou droga ou um doutor da Universidade. Você vai tratar todos igualmente, pois são pessoas nas quais existe uma presença divina que você deseja reverenciar e manifestar esse amor e ternura para outro ser humano tal como ele é.”

O mesmo vale para diferentes expressões de fé. Pessoas verdadeiramente movidas pela ternura, amor e compaixão ao outro, valores expressos de múltiplas formas e sob diferentes textos e formatos pelas religiões, não podem ter a vida reduzida a uma única expressão formal de fé, como explica o peregrino, já que esses são pilares inter-religiosos. Assim, busca-se se abrir para incluir todas as pessoas eventualmente excluídas pela sociedade. “É por isso que, na Comunidade da Trindade, todos são sempre bem-vindos.”

Nova vida

Semanalmente, a Comunidade da Trindade realiza cultos e orações abertos, onde pessoas em situação de rua podem ter acesso a refeições, aos momentos de fé e a dormir na igreja. Aqueles que desejam permanecer e seguir uma vida comunitária, assim o fazem. Henrique se orgulha ao dizer que a **igreja está há 23 anos de portas abertas**.

Pensando em uma forma de as pessoas conquistarem mais autonomia e, com isso, qualidade de vida, a Comunidade deu início à **Aurora da Rua, revista que já soma 15 anos** e nasceu para que os moradores da igreja possam vendê-la, e, com isso, ter uma fonte de renda. “A Aurora da Rua é o início de uma nova vida. É um despertar a partir da realidade da rua, e representa a frase de Jesus: ‘Levanta-te e anda’, como se dissesse para cada um acreditar na sua energia, valor e força, mesmo que muito feridos pela vida.”

Há 15 anos a frase orienta o trabalho desenvolvido na Comunidade da Trindade, e dá nome ao projeto que a Comunidade realiza na Igreja São Francisco de Paula, com uma equipe de assistentes sociais, psicólogos, enfermeiros, educadores e terapeutas prontos para ajudar a despertar esse desejo de **“levantar-se e andar”**.



Em cada lugar onde a vida é ferida, Jesus nos convida a trazer essa mensagem, seja nas pessoas que se sentem excluídas, nas terras indígenas não reconhecidas, nos quilombos negados, nos trabalhadores sem terra para trabalhar, nas pessoas sem casa, naquelas não respeitadas em suas orientações sexuais ou discriminadas em suas profissões de fé. Todas as igrejas deveriam, na sua ação pastoral, dar significado a essa frase e despertar a vida onde está ferida”, acredita Henrique.

Fique por dentro

Accesse as pesquisas e estudos citados na reportagem:

- *Global Religion 2023*
bit.ly/RCC_06_17
- *Dossiê Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais Brasileiras*
bit.ly/RCC_06_18
- *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2022*
bit.ly/CasaComum_E5_55
- *Respeite o Meu Terreiro – Mapeamento do Racismo Religioso Contra Os Povos Tradicionais de Religiões de Matriz Africana (via BBC)*
bit.ly/RCC_06_19
- *Papa Francisco: Homossexualidade não é crime*
bit.ly/RCC_06_20
- *Map of Countries that Criminalise LGBT People*
bit.ly/RCC_06_21
- Pastora Alexya Salvador no Instagram
www.instagram.com/alexyasalvadoroficial/
- Igreja da Trindade no Instagram
www.instagram.com/igrejadatrinidade/
- Aurora da Rua no Instagram
www.instagram.com/auroradaruaooficial/

NA PRÁTICA

PONTES DE FÉ: EXPERIÊNCIAS ECUMÊNICAS PROMOVEM A COEXISTÊNCIA HARMONIOSA DAS RELIGIÕES EM DEFESA DA CASA COMUM

Iniciativas fortalecem a defesa de direitos humanos e socioambientais por meio do diálogo inter-religioso, da promoção da tolerância e da cooperação entre diferentes comunidades de fé.

Por Dayse Porto

Ato Público da Missão Ecumênica "Pelos Águas dos Cerrados da Bahia no Oeste do Estado". Correntina (BA), 2019. Foto: Thomas Bauer



Em um mundo cada vez mais diverso e globalizado, o **diálogo entre diferentes tradições religiosas** aponta caminhos para a **defesa dos direitos humanos e socioambientais**. As **experiências ecumênicas**, que promovem a união e a cooperação entre grupos religiosos, vêm ganhando relevância no Brasil atual.

Tais iniciativas se colocam como peças de um quebra-cabeça que une a diversidade de povos e identidades brasileiras. Assim como cada peça é única, cada região do país traz consigo uma história, cultura e espiritualidade próprias. Ao conectar diferentes tradições religiosas e manifestações de fé, as experiências ecumênicas **promovem o diálogo e a troca de saberes** e nos convidam a transcender fronteiras e preconceitos.

De maneira geral, mostram que é possível encontrar **pontos convergentes** que estão relacionados à luta pela defesa da dignidade humana e ao cuidado com o planeta. Ao construir uma **cultura de respeito e cooperação**, essas práticas de diálogos inter-religiosos enriquecem as vivências em sociedade e, conseqüentemente, ampliam a compreensão coletiva dos direitos humanos e socioambientais.

De acordo com **Sônia Mota**, diretora-executiva da **Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE)**, compreender e respeitar a diversidade religiosa é essencial para garantir o livre exercício da fé e combater os fundamentalismos que **legitimam violências e ameaçam o Estado Democrático de Direito**. "Enfrentamos desafios relacionados às diferenças teológicas, culturais e práticas entre as tradições religiosas envolvidas e é importante promover aproximações, mostrando que o que nos une é maior do que aquilo que nos separa. Superar os fundamentalismos religiosos e políticos é um grande desafio, mas o ecumenismo é um movimento de unidade na diversidade", defende.



A troca de conhecimentos, recursos e redes de apoio entre diferentes grupos religiosos fortalece a atuação das organizações na defesa de direitos. "O respeito pela fé do outro já é um sinal de avanço social, apesar das constantes violações às religiões de matriz africana e ameríndias. O diálogo possibilita avançar na denúncia dos crimes contra a dignidade humana e a integridade da criação, além de afirmar que é possível rezar de forma diferente e construir um mundo menos desigual, com respeito e justiça para todas as pessoas", argumenta a **Pastora Bianca Daébs**, assessora para Ecumenismo e Diálogo inter-religioso da CESE. Para ela, a fé, como elemento poderoso, **suscita esperança e força** para enfrentar adversidades, especialmente para pessoas em situação de vulnerabilidade.

Em diálogo com as representantes da CESE, a **Revista Casa Comum** traz exemplos de experiências ecumênicas que atuam na defesa de direitos. Confira:

Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE)

Entidade filantrópica que atua para fortalecer movimentos sociais e grupos populares em busca de transformações políticas, econômicas e sociais e em defesa da democracia. Com sede em Salvador (BA), a CESE é composta por igrejas cristãs e é referência no campo ecumênico e no diálogo inter-religioso e apoia projetos de articulação e formação. Desde sua fundação, já impactou mais de 10 milhões de pessoas por meio do Programa Pequenos Projetos.

Embora atenda projetos em todo o Brasil, a CESE prioriza as regiões Nordeste, Norte e Centro-Oeste. Compartilhando recursos financeiros e espaços de diálogo, a organização contribui para construir uma sociedade mais justa e democrática, promovendo transformações sociais necessárias para a equidade e a inclusão.

Recentemente a organização apoiou a reconstrução de Casas de Reza em territórios indígenas por meio do Programa de Pequeno Projetos. Um exemplo foi a **Casa de Reza Gwyrá Nhe'engatu Amba**, no Mato Grosso do Sul, que foi incendiada, em 2019, e teve sua estrutura completamente destruída. A CESE destinou recursos que viabilizaram a compra de materiais para a reconstrução da Casa, além de equipamentos diversos, bem como a remuneração de colaboradores do projeto e custos com estes. Os trabalhadores da parte estrutural da obra foram todos indígenas da aldeia, o que garantiu que o projeto arquitetônico fosse fiel à tradição do povo **Guarani-Kaiowá**.

>> Conheça: cese.org.br



Sessão especial "Água e Espiritualidade", no 8º Fórum Mundial da Água. Foto: Wilson Dias / Agência Brasil

Campanha da Fraternidade Ecumênica

Uma iniciativa que ocorre, aproximadamente, a cada cinco anos, congregando diferentes denominações cristãs de forma ecumênica. Tem como objetivo promover a solidariedade, o diálogo inter-religioso e a valorização das contribuições de cada igreja, celebra um tema central a cada edição, buscando abordar questões sociais relevantes, como a justiça, a paz, a ecologia e os direitos humanos. A última edição da Campanha Ecumênica foi em 2021, com o tema: "Fraternidade e Diálogo: compromisso de amor".

Durante cada edição da campanha, são promovidas atividades como palestras, debates, encontros ecumênicos e projetos sociais em parceria com organizações da sociedade civil. Essas ações visam sensibilizar e conscientizar a população sobre os desafios enfrentados pela sociedade, além de estimular a solidariedade e o compromisso cristão com a transformação social. Uma iniciativa importante para a comunidade cristã se unir em busca do bem-estar comum.

>> Saiba mais: bit.ly/RCC_06_65

Centro Ecumênico de Estudos Bíblicos (CEBI)

Instituição que promove estudos e reflexões ecumênicas sobre a Bíblia por meio de cursos, publicações e encontros, buscando aprofundar o conhecimento das Escrituras e sua relação com a realidade atual. Valorizando a diversidade de interpretações, o CEBI tem compromisso com a transformação social e a justiça, refletindo sobre questões como pobreza, desigualdade e violência.

O centro reúne pessoas de diferentes tradições religiosas e cumpre um papel importante na formação de lideranças comprometidas com a justiça e na promoção de uma educação bíblica crítica. Sua atuação ecumênica e sua abordagem contextualizada contribuem para uma compreensão mais profunda da Bíblia, capacitando pessoas e comunidades a se engajarem ativamente na construção de um mundo mais humano e solidário.

>> Conheça: cebi.org.br

Rede Ecumênica da Juventude (REJU)

Reúne jovens de diferentes tradições religiosas e movimentos sociais, como cristãos, católicos, candomblecistas, budistas, entre outros, com o objetivo de promover a incidência política em prol dos direitos da juventude. A REJU concentra suas atividades em três eixos principais: intolerância religiosa, homofobia e justiça socioambiental.

A organização atua nas cinco regiões do Brasil, por meio de grupos locais chamados de REJUS Regionais, que contam com facilitadores para liderar ações em suas respectivas regiões. Em Porto Alegre, por exemplo, são realizados debates universitários com o Cine Juventude, além de participação em eventos ecumênicos de formação. Os jovens interessados em participar da REJU devem se identificar com os processos e projetos da organização e buscar os grupos locais.

>> Conheça: facebook.com/rejunacional

EM PERSPECTIVA

O ENSINO SOCIAL DO PAPA FRANCISCO E A ESPIRITUALIDADE DO CUIDADO

Por Pe. José Ivo Follmann sj*

Muitas vezes já se ouviram formulações com o seguinte teor: "a humanidade parece estar retrocedendo em seu processo civilizatório" ou "estamos perdendo o senso de humanidade". A prepotência arrogante e autossuficiente de uns poucos vem assumindo formas sempre mais visíveis e descaradas. O descaso e a irresponsabilidade diante da dignidade do ser humano parecem sempre mais ostensivos, em muitas situações políticas, econômicas e sociais.



Procissão durante a Festa do Dia do Pescador na Lagoa do Curralinho, Juazeiro, (BA), 2022. Foto: Thomas Bauer

São irresponsabilidades patéticas e humanamente incompreensíveis, mas infelizmente, talvez, perversamente calculadas. Isto está demonstrado, principalmente, no acúmulo inominável da **concentração de riquezas de uns poucos** e na exclusão, no descarte e na morte da maioria dos mais sofridos. Também se tornaram ostensivas e assustadoras diversas manifestações extemporâneas de **racismos, xenofobias e demais fobias** preconceituosas e discriminatórias. Tudo isso em um contexto de violência crescente, ou mesmo, de guerras extemporâneas e sem explicação.

É, a rigor, o descuido para com a vida. Isto parece ter se tornado uma chaga incurável. É o descuido para com o ser humano em si; mas, também, para com todos os seres vivos e, especialmente, para com a **própria “Mãe Terra”**. Vivemos tempos que ameaçam levar de roldão os esforços gigantescos e as conquistas da humanidade, depois de séculos de sofrida construção civilizacional. Infelizmente o quadro que se desenha parece ser o quadro de aceleração agudo de uma **“cultura da indiferença”** perante a vida, em todos os sentidos.

O Papa Francisco, colocando-se em profunda sintonia e diálogo com outras lideranças religiosas e humanitárias, tornou-se uma voz vigorosa diante de todo esse desmando da humanidade. A sua contribuição para o Ensino Social da Igreja, por exemplo, é vigorosa e nova, focando em uma **“espiritualidade do cuidado”** ou, talvez, num sentido mais amplo de apelo profético para o **“cuidado da Casa Comum”**. Isto está evidenciado sob diferentes aproximações, tanto no apelo por uma “Igreja em saída” no anúncio do evangelho no mundo atual (*Evangelii Gaudium*, 2013), quanto no convite para o paradigma da “ecologia integral” como caminho necessário nesse cuidado (*Laudato Si’*, 2015), e através do aceno profético para uma “fraternidade universal” e prática da amizade social (*Fratelli tutti*, 2020).

É urgente que um conhecimento novo, formas de engajamento novas e hábitos novos, iluminados por uma “espiritualidade do cuidado”, refletindo o ensino social cristão com os parâmetros referidos do Papa Francisco, sejam sempre mais afirmados para a superação da “cultura da indiferença” que, como uma doença silenciosa, vem matando a humanidade.

A espiritualidade, que hoje nos é solicitada, é uma “espiritualidade do cuidado”. É um convite para uma profunda disposição pessoal de busca dos melhores caminhos na construção de **sociedades geradoras de vida**; de nos refazermos em nossa capacidade de reconhecer o outro em sua dignidade; de nos indignarmos perante as desigualdades escandalosas e inaceitáveis e a situação desumana vivida por muitos irmãos e irmãs; de **cuidarmos da vida e dos dons da criação**, impelidos pelo amor a todas as formas de vida que pulsam neste planeta Terra, no presente, e que, a depender de nós, pulsarão no futuro.

Nos últimos anos, talvez em grande parte como resposta ao alerta com relação aos riscos impostos pela “cultura da indiferença”, ou como resultado do impacto da grave pandemia de Covid-19 sofrida, presenciamos a manifestação de muitos testemunhos individuais e

grupais de reação importante contra os desmandos que acontecem. Entre outras iniciativas, foram se constituindo e reforçando, por exemplo, **redes e iniciativas de educação popular** para rearticular uma produção de conhecimento autêntica e democrática, fortalecendo novas práticas e hábitos. Testemunhamos muitas pessoas demonstrando extrema atenção e **cuidado vigilante** para que, nos tempos tenebrosos vividos, as coisas não desandassem de vez e o prejuízo fosse grande demais para a população.

Mesmo que a gravidade do impacto de toda degradação presenciada turve nossos horizontes, talvez possamos **celebrar novos aletos** para um tímido incremento na civilidade, no cuidado pelos outros, perceptível em certos comportamentos e nos espaços públicos. Trata-se de uma novidade que também se fez visível em algumas lideranças empresariais. Talvez sejam resultados da reação ao impacto da pandemia.

É importante povoar o nosso próprio habitat dessa consciência, refletindo-se tanto no cuidado e atenção às pessoas que conosco vivem e que nos procuram, como vigiando o bom uso de tudo, evitando desperdício e favorecendo reaproveitamentos. Que as crianças e os jovens que crescem em nosso meio possam beber de nossas vidas e de nosso testemunho, uma autêntica “cultura do cuidado” impulsionada pela “espiritualidade do cuidado”.

* **Pe. José Ivo Follmann** é jesuíta, sociólogo, professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, membro do Instituto Humanitas Unisinos (IHU) e assessor de Extensão Universitária, na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). jifmann@unisinos.br

Blog: <http://professor.unisinos.br/joseivofollmann>

EM PERSPECTIVA



Plantio de baobá: ação educativa promovida no Terminal de Xambá. Recife (PE), 2018. Foto: Unicap

O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO E A DEFESA PELA VIDA

Por Gilbráz Aragão*

Religião é busca de transcendência, entre e para além de nós, que interpretamos como manifestação poderosa e mais-que-natural de uma realidade criadora que nos antecede e ultrapassa. Essa experiência é comunicada por símbolos e rituais, com consequências éticas e interditos morais. Uma primeira matriz religiosa é a dos **povos originários**: a busca do encontro com as forças da natureza e os antepassados, através de oferendas e do êxtase místico. As pajelanças indígenas são xamânicas, nas quais o pajé realiza curas através dos espíritos da floresta, no

compasso dos maracás e nas baforadas dos cachimbos. A elas se misturam, com traços mais afro, a jurema, o candomblé ou xangô e a umbanda.

Outra matriz religiosa se relaciona com as meditações dos monges brâmanes do Oriente, com o **hinduísmo e com o budismo** (e ao espiritismo ou “nova era”, hoje em dia). Nesse meio, desenvolveu-se a crença na reencarnação ou transmigração das almas entre as pessoas e/ou seres vivos, devido a uma lei “natural” de causa e efeito ou karma.

De modo que nossa alma, alma ou animação da vida, provém de um espírito universal e para ele retornará, após se ter aperfeiçoado por sucessivas encarnações neste mundo. A morte, assim, é apenas uma estação na roda dos renascimentos. No final da peregrinação pelas existências e com ajuda dos processos de meditação ou iogas, encontra-se a **união com o Absoluto**.

A matriz bíblica de religião, que se originou na Palestina, abarca o **judáismo, o cristianismo e o islamismo**, com todas as suas ramificações, e tem como base comum a imagem de Deus apresentada na Bíblia hebraica, buscando a sua adoração ou aliança como caminho de salvação. Os elementos comuns dessa tradição são as crenças de que existe um ser supremo que é o criador e supervisor da vida e da história, a mais elevada atividade humana é a adoração e a obediência a esse Deus, que estabeleceu comunicação com a humanidade por profetas, como Abraão, Moisés, Jesus e Maomé. **A ressurreição é a crença em uma vida além**: no dia de sua ira, Deus virá julgar os vivos e os mortos – que terão a sua “carne” pessoal ressuscitada para um banquete em sua presença.

Então, temos muitas religiões no mundo: cerca de oito mil, mas várias sofrem intolerância social, o que, no Brasil, é muito classista e racista, ao ponto de cristãos chegarem a transformar a “liberdade religiosa” em direito de fazer proselitismo violento nos Terreiros Afro-indígenas. Portanto, precisamos avançar em nossas legislações e, sobretudo, na educação para o respeito à diversidade religiosa. O diálogo entre religiões e convicções é um movimento despertado pela consciência moderna da pluralidade religiosa, criando relações entre participantes de tradições espirituais distintas, em vários níveis.

Independentemente da maneira como se concretiza, a prática dialogal traduz um espírito de **hospitalidade e cuidado**. Uma forma importante acontece no âmbito da cooperação em favor da paz: um diálogo fraterno pela justiça socioambiental, envolvendo ações em defesa da Casa Comum. Uma outra forma de diálogo ocorre no nível dos intercâmbios teológicos, envolvendo especialistas das várias tradições, com o objetivo de aprofundar e enriquecer os respectivos patrimônios simbólicos. Mais profundamente, encontra-se o **diálogo da experiência mística**, no qual pessoas enraizadas nas suas religiões se reúnem para compartilhar com outras as experiências de oração e fé.

Os santos de todas as tradições espirituais se reconhecem e descobrem sonhos humanos comuns em meio aos sons culturalmente diferentes das suas rezas. Para estimular essa coexistência, a pauta da liberdade religiosa e de crença ou de convicção está presente desde o início do movimento de **Direitos Humanos** e é geralmente assumida como condição inerente ao modelo de Estado liberal, dominante nas sociedades ocidentais. A **liberdade religiosa**, que visa o respeito e o reconhecimento da pluralidade de religiões, crenças, convicções e estilos de vida, é **direito fundamental** de cada pessoa ou grupo para acreditar, celebrar e expressar eticamente sua religião ou crença (ou não crença, ou convicção filosófica, ou espiritualidade pós ou não religiosa também), bem como o direito de mudar de opinião de modo livre, com a garantia de que isso não prejudique outras dimensões de suas vidas.

Como pauta dos Direitos Humanos, o respeito à **diversidade religiosa** insere-se na garantia da liberdade de religião e crença, expresso no artigo 18 da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Nesse sentido, o respeito às espiritualidades da humanidade e a defesa da liberdade religiosa implica, simultaneamente, no combate à intolerância religiosa e na proteção da diversidade que compõe o **pluralismo religioso e cultural**, reconhecendo a reverência àquilo que as pessoas e grupos consideram sagrado como de importância fundamental na promoção de uma cultura de serenidade. Precisamos avançar nas **leis de liberdade religiosa** e na educação para ver a diversidade espiritual não como resultado de um pecado original, mas da bênção das origens.

* **Gilbraz Aragão** é doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio) e trabalha como professor e pesquisador no campo dos estudos de religião na Universidade Católica de Pernambuco (Unicap), onde coordena o Observatório Transdisciplinar das Religiões: bit.ly/RCC_E6_24

MOBILIZE-SE

OBSERVATÓRIOS, NÚCLEOS DE FORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: CONHEÇA INICIATIVAS QUE PROMOVEM O DIÁLOGO INTER-RELIGIOSO

Espaços de formulação teórica e atuação prática são fundamentais para promover informação, conhecimento e formação sobre diferentes religiões e manifestações de fé no Brasil.



Por Dayse Porto

A compreensão e o respeito pelas **diferentes religiões e manifestações de fé** são fundamentais para a **coexistência harmoniosa**, pautada por valores de solidariedade e de cooperação, entre diferentes grupos sociais. Nesse contexto, espaços como observatórios, coletivos, grupos de estudos, núcleos de formação e comunicação, entre outros, têm exercido o importante papel de formar a sociedade a respeito da diversidade religiosa brasileira, incentivando o **diálogo entre as diferentes comunidades religiosas**, e mobilizá-la em ações de defesa e proteção dos direitos humanos e socioambientais.

Atualmente, existem espaços que vão além de simplesmente fornecer dados e estatísticas sobre as religiões, mas atuam como centros de **pesquisa, reflexão e mobilização**, buscando compreender as diferentes tradições religiosas presentes na sociedade e promover o **respeito mútuo, a tolerância e a inclusão**.

Essas iniciativas buscam desmistificar estereótipos e preconceitos ainda muito presentes na sociedade brasileira. Conheça algumas delas e participe também:

OBSERVATÓRIOS

São espaços que atuam desenvolvendo pesquisas e estudos aprofundados, mapeiam as dinâmicas sobre os temas que investigam, identificam desafios e oportunidades, e fornecem análises críticas. Além disso, promovem o diálogo inter-religioso e o encontro de líderes religiosos, acadêmicos e ativistas sociais, contribuindo para a construção de uma compreensão mais ampla e enriquecedora das diferentes religiões e manifestações de fé brasileiras.

Observatório da Comunicação Religiosa

Iniciativa da Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) e da Comissão Brasileira de Justiça e Paz (CBJP), a serviço da Comissão Episcopal Pastoral para a Comunicação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Tem como objetivo monitorar e analisar a comunicação religiosa, promovendo qualidade, ética e responsabilidade nas mensagens transmitidas pelos diferentes meios. Identifica práticas inadequadas, preconceitos e manipulações, levantando questões sobre a responsabilidade social e a ética dos comunicadores e oferece formação para comunicadores religiosos, com cursos, workshops e materiais educativos para transmissão de mensagens claras, inclusivas e respeitadas.

>> Saiba mais: bit.ly/RCC_E6_26

Observatório Mãe Beata de Iemanjá

Tem como objetivo central monitorar e denunciar casos de racismo religioso, promovendo a defesa dos direitos das religiões de matriz africana. Fundado em homenagem à Mãe Beata de Iemanjá, importante liderança religiosa e defensora dos direitos humanos, o observatório trabalha realizando pesquisas, coleta de dados e análises críticas sobre casos de racismo religioso, identificando padrões, tendências e formas de discriminação.

Com o intuito de desmistificar estereótipos e combater a intolerância, busca disseminar informações precisas e fundamentadas sobre essas religiões; promove a conscientização e a educação sobre as religiões de matriz africana; e oferece suporte jurídico e acompanhamento de casos de racismo religioso, auxiliando as vítimas e promovendo a responsabilização dos agressores.

>> Acesse: bit.ly/RCC_E6_27

Observatório Transdisciplinar das Religiões no Recife

Com uma abordagem transdisciplinar, o observatório reúne pesquisadores, estudiosos e especialistas de diversas áreas do conhecimento, como antropologia, sociologia, história, filosofia e teologia. A diversidade de perspectivas enriquece as análises e contribui para uma compreensão mais ampla e profunda das dinâmicas religiosas.

Uma das principais atividades do Observatório é o mapeamento das diferentes tradições religiosas presentes na região. Através de pesquisas e estudos, são identificados os diversos grupos religiosos, suas práticas, rituais e crenças. Esse mapeamento contribui não apenas para o conhecimento acadêmico, mas também para a valorização e o respeito às diferentes manifestações religiosas que enriquecem a cultura local.

O Observatório desempenha um papel importante na formação acadêmica e na capacitação de agentes de transformação social. São oferecidos cursos, palestras e oficinas que abordam questões como direitos humanos, diversidade religiosa e justiça social.

>> Conheça: bit.ly/RCC_E6_24

Observatório de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida (OLMA)

Trata-se de uma iniciativa dedicada a promover a justiça socioambiental e a defesa dos direitos humanos. O observatório busca criar um espaço de reflexão e ação em prol de uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável, reunindo pesquisadores, ativistas e especialistas de diferentes áreas, como direito, sociologia, economia e ciências ambientais.

O objetivo central do OLMA é acompanhar, analisar e denunciar as violações dos direitos humanos e os impactos socioambientais decorrentes de práticas injustas e insustentáveis. Por meio de pesquisas, relatórios e estudos, o observatório documenta e divulga informações sobre questões críticas, como desigualdades sociais, degradação ambiental, violências contra comunidades tradicionais e populações vulneráveis.

Além disso, o OLMA promove ações de capacitação e educação, por meio de eventos que visam fortalecer as habilidades e competências daqueles que atuam na defesa dos direitos socioambientais.

>> Saiba mais: olma.org.br

ESTUDOS E FORMAÇÕES

Desempenham um papel fundamental na capacitação de líderes religiosos e agentes de transformação social. Por meio de cursos, workshops e programas de capacitação, esses espaços oferecem conhecimentos teóricos e práticos sobre as religiões, bem como sobre questões sociais, políticas e de justiça e a importância do diálogo e da cooperação inter-religiosa para promover a justiça social.

Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros (NEAB) da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)

Espaço acadêmico dedicado a pesquisa, reflexão e promoção da cultura afro-brasileira. Com o objetivo de compreender e valorizar a contribuição dos povos afrodescendentes para a formação da sociedade brasileira, o NEAB desenvolve pesquisas, projetos, eventos, cursos e publicações sobre a história, a cultura, as tradições e as lutas dos afrodescendentes no Brasil.

Com suas atividades de pesquisa, formação e promoção da igualdade racial, o núcleo busca contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária e respeitosa com a diversidade étnico-racial do Brasil.

>> Acesse: bit.ly/RCC_06_62

Casa Comum: Escola de Formação Política de Cristãos Humanistas

Vinculada ao Núcleo de Estudos Sociopolíticos (NESP) do ANIMA PUC Minas, tem como objetivo oferecer uma formação abrangente e comprometida, fundamentada nos valores cristãos e nos direitos humanos.

A Escola se inspira na trajetória de formação política desenvolvida pelas Escolas de Fé e Política em todo o Brasil e se orienta pelos ensinamentos do Papa Francisco. Os cursos e palestras oferecidos abordam temas relevantes e atuais, como cidadania, democracia, participação política, políticas públicas, ecologia integral e direitos sociais. Além disso, são realizadas experiências práticas, como visitas a comunidades e movimentos sociais, para proporcionar um contato direto com as realidades sociais e estimular o engajamento dos participantes.

>> Saiba mais: bit.ly/RCC_E6_28



COMUNICAÇÃO

Por meio de plataformas online, como sites, blogs, podcasts e redes sociais, diversas iniciativas, Brasil a fora, compartilham conteúdos que abordam questões atuais e relevantes relacionadas às religiões e à justiça social, utilizando a comunicação como uma ferramenta poderosa para construir pontes entre as diferentes comunidades religiosas e promover o respeito mútuo.

Coletivo Bereia

Projeto que analisa e verifica a veracidade das notícias religiosas. Por meio de investigação criteriosa e checagem de fatos, combate a disseminação de informações enganosas e promove a transparência no âmbito das notícias religiosas. Sua atuação visa fortalecer o discernimento crítico dos leitores, encorajando-os a questionar e aprofundar-se nos assuntos abordados.

Ao promover a verificação de notícias, o coletivo contribui para uma sociedade mais consciente, capaz de tomar decisões informadas e respeitar a diversidade de crenças e práticas religiosas.

>> Conheça: coletivobereia.com.br

Blog Mídia, Religião e Sociedade

Espaço virtual dedicado ao estudo e à análise da relação entre mídia, religião e sociedade. Promove reflexões críticas sobre a representação religiosa na mídia, explorando seu papel na formação de opiniões e identidades e analisa as influências recíprocas entre mídia e religião, levando em consideração os aspectos históricos, culturais e políticos.

Os conteúdos do blog examinam as narrativas religiosas presentes na esfera pública, investigando suas repercussões e discutindo os desafios e as possibilidades de diálogo, e estimulam o debate, ecoando as ideias de acadêmicos, profissionais da mídia, estudantes e interessados no tema.

>> Conheça: midia religiao e sociedade.com.br

Intolerância religiosa é crime! Saiba como denunciar:

O Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), por meio da Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos (ONDH), recebe denúncias sobre atos de intolerância religiosa por meio do canal Disque 100. Saiba como denunciar:

- Coletar evidências: caso seja vítima ou testemunha de um ato de intolerância religiosa, reúna todas as evidências disponíveis, como fotos, vídeos, mensagens, testemunhas e anotações sobre o ocorrido.
- Acesse o Disque 100: canal oficial para denúncias de violações dos direitos humanos. Ligue para o número 100 de qualquer telefone ou celular e relate de forma clara e precisa o caso de intolerância religiosa que presenciou ou sofreu. Ao relatar o ocorrido, forneça informações objetivas, como local, data, hora, pessoas envolvidas e descrição detalhada do incidente. Quanto mais informações fornecer, melhor será a investigação.
- Contate a Ouvidoria Nacional dos Direitos Humanos: setor responsável por receber denúncias de violência e discriminação. Você pode entrar em contato por meio do site: bit.ly/RCC_06_29
- Divulgue a denúncia e acompanhe o processo: se se sentir em segurança para isso, compartilhe sua experiência em sua comunidade e nas redes sociais, incentivando outras vítimas a denunciarem casos de intolerância religiosa, isso ajuda a conscientizar e mobilizar a sociedade para combater o problema. E, após fazer a denúncia, acompanhe o andamento do caso, se mantendo informado sobre as ações tomadas pelas autoridades responsáveis.
- Procure orientação legal: se necessário, busque orientação jurídica para entender seus direitos e tomar as medidas legais apropriadas contra os responsáveis pela intolerância religiosa.

Cartaz da Campanha da Fraternidade Ecumênica 2021



AGENDA DE PRESSÃO



Templo Budista de Brasília. Foto: Wilson Dias / Agência Brasil

ENTRE A DEMOCRACIA E O SAGRADO: A DIVERSIDADE RELIGIOSA NA PAUTA POLÍTICA BRASILEIRA

Por Ana Beatriz Fernandes,
Lucas Galvão e Tamires Sena,
da Pulso Público

A ascensão de grupos ligados a diferentes religiões nos **postos representativos** das instituições políticas, a **previsão constitucional** da liberdade religiosa como direito fundamental e os constantes ataques aos locais de cultos, acarretaram um cenário de mudanças na produção legislativa brasileira. A última Legislatura do Congresso Nacional (2019-2022), por exemplo, contou com iniciativas que evocaram a diversidade, como a **Frente Parlamentar em Defesa da Liberdade Religiosa e da Cultura de Paz** e a de **Liberdade Religiosa do Congresso**.

Ainda, no que diz respeito a esses grupos, há destaque para a **Frente Parlamentar Evangélica do Congresso Nacional** e a **Frente Parlamentar Católica Apostólica Romana**, ambas da atual legislatura (2023-2026). A disputa em torno dos temas ganha força, inclusive no que diz respeito ao que é "diversidade religiosa", ou, até mesmo, sobre o que seria "liberdade de expressão, de pensamento e de crença".

A religião sempre teve protagonismo na disputa eleitoral e, em 2022, ficou ainda mais em evidência, principalmente no âmbito das **legislações estaduais, isso sem falar na luta pelas diversas narrativas** o que, por sua vez, robustece os conflitos do jogo político.

Acompanhe as discussões de proposições e legislações para um maior controle social e compreenda os impactos dessas ações no cotidiano brasileiro.

A Constituição Federal e a liberdade religiosa

A Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso VI, proíbe **qualquer discriminação ou preconceito** e assegura a todos os cidadãos o direito de exercer as diversas fés religiosas de forma livre, bem como professar e praticar a religião de sua escolha, desde que não viole outros direitos ou a ordem pública.

No Brasil, os **crimes de intolerância religiosa** cresceram nos últimos anos. As religiões de matriz africana são as mais atingidas. No ano de 2020, foram notificados 86 casos, enquanto que, em 2021, o número subiu para 244 casos, de acordo com o **2º Relatório sobre Intolerância Religiosa: Brasil, América Latina e Caribe**. A atuação de organizações da sociedade civil, grupos religiosos e parlamentares tem colaborado para que propostas sobre o tema entrem na pauta do Legislativo Federal.

Na Câmara dos Deputados, por exemplo, tramita o PL 6.418/2005 (antigo PLS 309/2004), do senador Paulo Paim (PT-RS), que **define os crimes resultantes de discriminação e preconceito de raça, cor, etnia ou religião e aumenta a pena para quem cometê-los**. A proposição possui outros 61 projetos apensados e foi aprovada nas comissões, aguardando inclusão na pauta do Plenário.

Na mesma Casa, ainda tramita o PL 1.804/2015, do ex-deputado Rogério Rosso (PSD-DF), que aumenta a pena e tipifica como crime hediondo o ato de **escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa**. Se aprovado na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, seguirá para o Plenário.

Saiba quais são as proposições:

- PL 6.418/2005
bit.ly/RCC_06_30
- PL 1.804/2015
bit.ly/RCC_06_31

Fique por dentro do tema:

- Relatório aponta aumento da intolerância religiosa no Brasil
bit.ly/RCC_06_32
- Combate à intolerância religiosa volta à agenda do Governo Federal
bit.ly/RCC_06_33

PL das Fake News e religião

O **PL das Fake News** vem gerando repercussão na Câmara dos Deputados após apresentação do parecer do relator, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP). O projeto, apresentado pelo senador Alessandro Vieira (MDB-SE), busca instituir a **Lei Brasileira de Liberdade, Responsabilidade e Transparência na Internet**. Atualmente tramita na Câmara, em regime de urgência, para apreciação no Plenário.

Em abril, circularam publicações falsas que concatenavam o mérito do projeto a conteúdos religiosos, alegando perseguição caso fosse aprovado. No entanto, desde sua apresentação em 2020, o **texto exclui explicitamente os conteúdos religiosos**, respaldado pelos artigos 5º, inciso IX, e 220 da Constituição Federal, que garantem a liberdade de expressão.

Em maio, líderes religiosos declararam apoio ao parecer, pois o projeto combate notícias falsas relacionadas à religião, à disseminação de ódio nas redes e oferece proteção a crianças e adolescentes. Porém, membros da bancada evangélica se opuseram ao projeto, argumentando que o combate às *fake news* não deveria usar acontecimentos sensíveis como justificativa.

O texto tem gerado discussões acaloradas na Câmara dos Deputados, com opiniões divergentes. As preocupações infundadas sobre conteúdos religiosos foram esclarecidas, visto que exclui explicitamente tais conteúdos, **respeitando a liberdade de expressão**. Diante da divergência entre líderes religiosos e membros de bancadas religiosas no Congresso, o relator pode ter o desafio de encontrar um equilíbrio entre proteção contra a desinformação e respeito aos direitos e diversidade de opiniões.

Saiba quais são as proposições:

- PL 2.630/2020
bit.ly/RCC_06_34

Fique por dentro do tema:

- PL das Fake News: O que diz o parecer sobre a liberdade religiosa
bit.ly/RCC_06_35
- Análise | O PL das Fake News não penaliza os valores cristãos
bit.ly/RCC_06_36
- Bancadas evangélica e católica se posicionam contra PL das Fake News, mas grupo religioso contesta
bit.ly/RCC_06_37

Práticas regionais que inspiram na luta contra a intolerância

Estados e municípios saíram na frente no combate à intolerância e na garantia da expressão dos credos, sendo inovadores nas ações de conscientização, em campanhas educativas e visibilidade.

Conheça algumas leis estaduais que tratam do assunto:

Distrito Federal

- Lei 7.226/2023 (PL 2.394/2021) – Institui diretrizes e ações para o Programa Distrital de Combate ao Racismo Religioso. bit.ly/RCC_06_38

São Paulo

- Lei 17.346, de 12/03/2021 – Lei Estadual de Liberdade Religiosa. bit.ly/RCC_06_39
- Lei 17.157/2019 – Dispõe sobre penalidades administrativas a serem aplicadas pela prática de atos de discriminação por motivo religioso. bit.ly/RCC_06_40

Amazonas

- PL 85/2022 – Semana do Combate à Intolerância Religiosa. bit.ly/RCC_06_41

Bahia

- Lei 13.182/2014 – Institui o Estatuto da Igualdade Racial e de Combate à Intolerância Religiosa do Estado e dá outras providências. bit.ly/RCC_06_42

Goiás

- Lei 21.956/2023 – Política de Combate à Intolerância Religiosa no ambiente escolar. bit.ly/RCC_06_43

Minas Gerais

- PL 357/2023 – Lei Estadual de Liberdade Religiosa no Estado e outras providências. bit.ly/RCC_06_44
- PL 5.009/2018 – Estabelece penalidades administrativas para atos de intolerância religiosa praticados por servidor público do Estado. bit.ly/RCC_06_45

Paraná

- Lei 21.074 de 30/05/2022 – Dispõe sobre a liberdade religiosa. bit.ly/RCC_06_46

No Rio de Janeiro, por exemplo, duas iniciativas merecem destaque: a criação do **“Programa Pense o que quiser, mas respeite a minha fé”**, do deputado estadual Átila Nunes (MDB-RJ), e o **Abril Verde**, dedicado às ações de combate para prevenção e conscientização sobre intolerância religiosa da deputada estadual Renata Souza (PSOL-RJ). Já no Distrito Federal, a luta para aprovação da **Lei 7.226/2023** é regada de destruição e perdas para os terreiros do DF, além do reconhecimento dos inúmeros ataques como um problema público por parte da Frente Parlamentar de Intolerância Religiosa.

Paraíba

- PL 12/2023 – Institui diretrizes e ações para o Programa Estadual de Combate ao Racismo Religioso. bit.ly/RCC_06_47

Mato Grosso

- PL 156/2022 – Determina a livre manifestação religiosa em qualquer ambiente do Estado. bit.ly/RCC_06_48

Espírito Santo

- Lei 11.610/2022 – Institui o Estatuto de Liberdade Religiosa no Estado. bit.ly/RCC_06_49

Sergipe

- Lei 7.054/2010 – Institui o Dia Estadual de Combate à Intolerância Religiosa. bit.ly/RCC_06_50

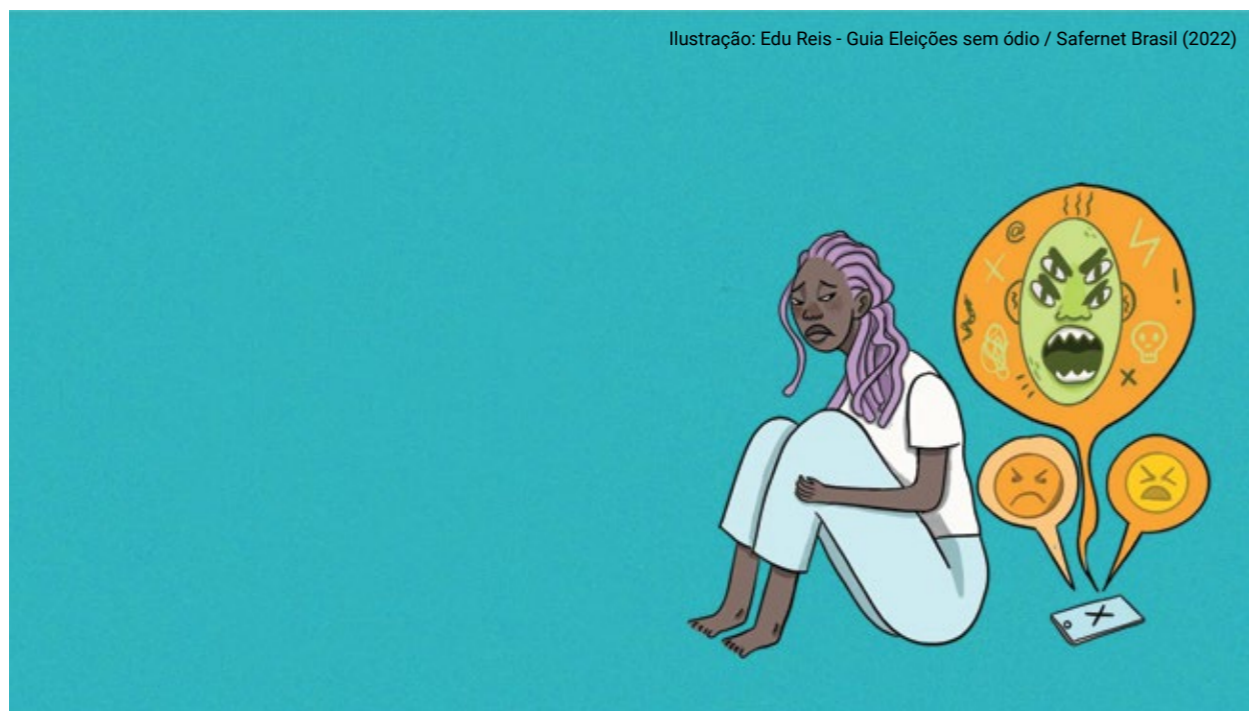
Rio de Janeiro

- Lei 9.212/2021 (PL 4.146/2018) – Programa de Assistência às Vítimas de Intolerância Religiosa no âmbito do Estado. bit.ly/RCC_06_51
- Lei 8.113/2018 (PL 128/2015) – Cria o Estatuto Estadual da Liberdade Religiosa. bit.ly/RCC_06_52
- PL 4.257-A/2018 – Proíbe o assédio religioso em ambientes públicos e privados. bit.ly/RCC_06_53

Outras legislações existentes

- Artigos 19, I e 5º, VI da Constituição – Emendas constitucionais. bit.ly/RCC_06_54
- Artigo 44, § 1º, Código Civil. bit.ly/RCC_06_55
- Lei 14.532/2023 – altera leis anteriores para tipificar como crime de racismo a injúria racial. bit.ly/CasaComum_E4_46
- Lei 12.288/2010 – Estatuto da Igualdade Racial. bit.ly/RCC_06_56
- Lei 7.716/1989 – Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. bit.ly/RCC_06_57
- Lei 11.635/ 2007 – Institui o dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa. bit.ly/RCC_06_58

Ilustração: Edu Reis - Guia Eleições sem ódio / Safernet Brasil (2022)



DA CONEXÃO À COMUNHÃO: O CONTRIBUTO DAS RELIGIÕES PARA SUPERAR O ISOLAMENTO, A INTOLERÂNCIA E O ÓDIO NO AMBIENTE DIGITAL

Por Solange Silva*

Segundo dados recentes publicados pela SaferNet, organização de defesa dos direitos humanos em ambiente virtual, em 2022, houve 74 mil denúncias de crimes envolvendo discurso de ódio nas redes sociais, sendo a grande maioria casos de xenofobia, com um aumento de 874% em relação ao ano anterior. Logo a seguir, estão os casos de intolerância religiosa, com um aumento de 456%, e as agressões às mulheres, 251% a mais do que em 2021.

Para além de investigar o que está por trás desse aumento exponencial nos casos de agressão "virtual" – pois são já diversos os estudos nessa linha –, desejamos apresentar alguns contributos que as religiões dão para promover uma postura diferente no ambiente digital, o que nos leva a refletir sobre a fundamental diferença entre *conexão* e *comunhão*.

O ponto de partida é a diferença entre ouvir e escutar. Esse tema marcou as duas últimas mensagens do Papa

Francisco para o Dia Mundial das Comunicações Sociais – comemorado em maio –, já em 2016, o Papa nos dizia que: "Comunicar significa partilhar, e a partilha exige a escuta, o acolhimento. *Escutar é muito mais do que ouvir. Ouvir diz respeito ao âmbito da informação; escutar, ao invés, refere-se ao âmbito da comunicação e requer a proximidade.*"

Ouvir é um ato físico, nos deixa na aparência, na superfície, na simples conexão; enquanto o escutar é ato simbólico, psicológico, comunicativo, de interpretação, que nos conduz à profundidade das questões e das relações. O escutar ajuda a criar relações interpessoais mais autênticas e profundas. Somente o escutar cria verdadeira comunhão, pois nos coloca na posição de diálogo e aceitação do que o outro diz e pensa.



Cartaz do Dia Mundial das Comunicações Sociais

O verdadeiro diálogo depende da escuta, por isso, ele é o ponto de partida também para a superação do ódio e da intolerância, sobretudo nas redes sociais. Só através da escuta e do diálogo podemos crescer e mudar de opinião ou de postura. Só dialogando, entrando em contato com o "outro", com o diferente, podemos melhorar, evoluir, nos superar, nos enriquecer cultural e intelectualmente.

Também o filósofo Byung-Chul Han chama nossa atenção para a incapacidade de escutar o outro na sociedade atual. No seu livro *"A expulsão do outro"*, Han afirma que *"o rumor da comunicação, a tempestade digital de dados, nos torna surdos ao sussurro da verdade"* e que *"a rumorosa sociedade do cansaço é surda, a crescente focalização sobre o ego e a narcisização da sociedade tornam mais difíceis o exercício da escuta; a escuta convida o outro a falar, abre a ele o espaço da alteridade; a escuta é espaço de ressonância para a livre expressão do outro; a escuta reconcilia, cura, redime."*

Desse modo, não é difícil entender o aumento de abusos e crimes de ódio na internet. Na raiz do problema, temos a incapacidade de escutar e de dialogar. A incapacidade de superar o "eu" (visão reducionista, autorreferencial) para construir o "nós", ou seja, de passar de uma simples conexão à verdadeira comunhão.

Nessa "surdez", está também a raiz da multiplicação das *fake news* ou desinformação, fenômeno intimamente ligado à intolerância e às "bolhas" em que somos jogados pelo algoritmo que controla a *web* (o "inferno dos iguais"). O grande desafio da nossa presença nas redes é superar o egocentrismo para abrir-nos ao outro e estabelecer relação verdadeira além da simples conexão. Superar a visão reducionista de uma "vitrine", ou seja, espaço para autopublicidade e autoexposição, fruto da cultura do *like* (seja pessoal ou institucional, lógica que alimenta Instagram, Facebook, Tiktok etc.), para se tornar espaço de relação, de comunicação e de ação partilhada. E aqui as religiões têm um papel fundamental.

O grande perigo das "bolhas" é a ilusão que criam. Ilusão de que conhecemos o mundo. Ilusão de unidade, de comunicação, de partilha, de diálogo. Quando falamos ou ouvimos somente nós mesmos ou os nossos iguais, desaparece o "outro", que na linguagem religiosa diríamos "próximo". O contributo que as religiões são chamadas a dar ao "enxame digital", para usar outra expressão do filósofo Han, é *"moldar a sua alma"*, dar a esse grupo desorganizado de indivíduos uma espiritualidade da reunião, passando de uma série de "eus" (conexão) para um "nós" (comunhão).

Como sugeriu o Papa Francisco no encontro *Religiões e Educação: Pacto Educativo Global* (5 de outubro de 2021), as religiões podem contribuir para "educar para o acolhimento do outro", o que implica superar a instrumentalização das redes e da comunicação em geral para humanizá-las. Somente humanizando as redes será possível transformar ódio em amor, intolerância em respeito, agressão em cuidado.

* **Solange Silva** é licenciada em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUCPR) e em Teologia pelo Instituto São Paulo de Estudos Superiores (ITESP). Atua no campo da formação (assessora do Paulinas Cursos) e na produção de conteúdos para o ambiente digital (produtora e administradora da Paulinas webrádio).

■ A mensagem do Papa Francisco para o Dia Mundial das Comunicações pode ser lida na íntegra aqui: bit.ly/RCC_06_59

■ Conheça o discurso do Papa no encontro Religiões e Educação: Pacto Educativo Global (5 de outubro de 2021): bit.ly/RCC_06_60

■ O site da SaferNet recolhe diversos tipos de denúncias ligados ao ambiente virtual. Acesse: <https://new.safernet.org.br>

RETRATO BRASIL



Participação do grupo da mãe Carmosina, Terreiro do Jarê "Casa de São Jorge", durante a festa do Boi Estrela de Igatu. Andaraí (BA), 2018.

ECOAR ESPIRITUALIDADES, RELIGIÕES E DIREITOS: RESISTIR E CRER

Por Thomas Bauer*

Este ensaio fotográfico tem como proposta mostrar a importância de práticas sagradas e profanas que fortalecem e incentivam os povos a resistirem contra as intempéries e a crerem na construção de um mundo melhor.

As imagens são de gente esquecida – indígenas, quilombolas, geraizeiros, posseiros, pescadores artesanais – e, tantas outras sem voz e espalhadas pelos rincões do Brasil. Espero que, a partir de diferentes realidades, seja possível convidar o público a buscar mais informações sobre elas, a fim de reconstruir nossa história.

Para mim, a oportunidade de mostrar o outro lado do visível, do predominante, com criatividade e de fazer ecoar relatos do cotidiano, é imprescindível.

***Thomas Bauer** é nascido em Vorarlberg, na Áustria. Formou-se como construtor de barcos e, em seguida, passou a atuar na área social. Participou da Academia Social Católica – ética social, economia e política – em Viena, prestou serviço civil na Paróquia de Frastanz e, logo depois, mudou-se para o Brasil, em 1996. Vive na Bahia e, desde que chegou, coopera com a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e atua como fotodocumentarista, *filmmaker* e contador de histórias contribuindo com pastorais sociais, movimentos, redes, articulações, organizações não governamentais e a mídia independente.

Site: bit.ly/ECC_06_63



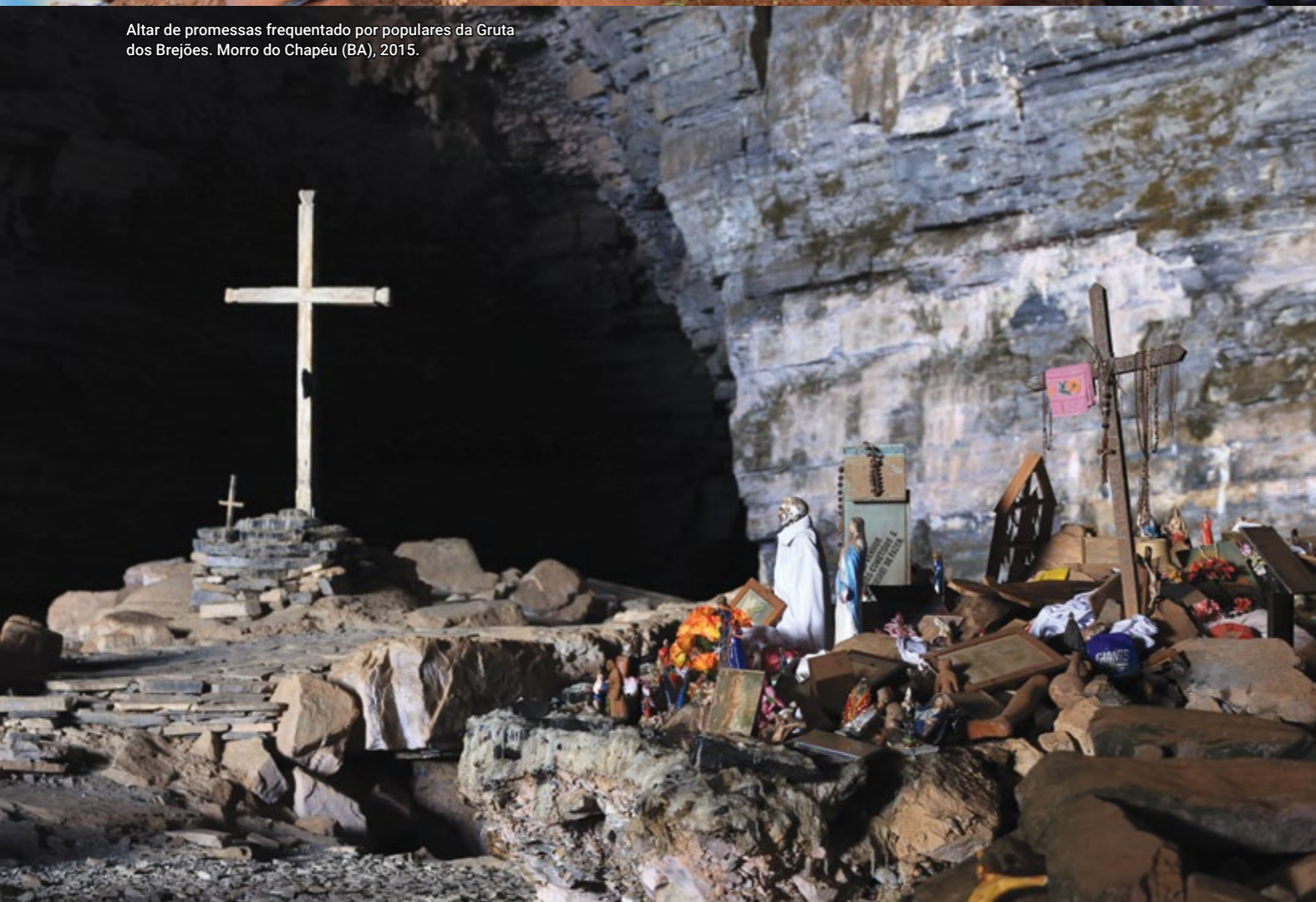
Romeiro segurando o "Calvário Geraizeiro" durante a caminhada da 5ª Romaria do Cerrado – "Cerrado em Pé: as águas que geram vida, não podem morrer!". Jaborandi (BA), 2018.



Mestre Egídio com um integrante do Terno dos Reis Magos entoando um dos cânticos (*in memoriam*). Andaraí (BA), 2019.



Samba dos devotos de São Miguel Arcanjo dentro das ruínas da Igreja das Figuras. Mirangaba (BA), 2016.



Altar de promessas frequentado por populares da Gruta dos Brejões. Morro do Chapéu (BA), 2015.



Indígenas Guarani-Kaiowá da retomada Laranjeira Nhanderu. Rio Brilhante (MS), 2015.



Balão armado sob a cabeça do promesseiro para pagar a promessa durante a Roda de São Gonçalo. Sento Sé (BA), 2017.



Encomendadeiras e alimentadoras rezando pelas Almas. Correntina (BA), 2017.



Altar celebrativo da festa de troca de sementes crioulas. Nossa Senhora do Livramento (MT), 2019.



Indígenas Guarani-Kaiowá na sua casa de reza da retomada Panambi. Douradina (MS), 2015.



Caminhada pelas ruas na cidade de Anapu durante a 13ª Romaria da Floresta "A morte da Floresta é o fim de nossa vida". Anapu (PA), 2018.

GLOSSÁRIO

Fique por dentro de alguns conceitos utilizados nesta edição

A conceituação dos principais termos utilizados nesta edição da Revista Casa Comum se torna fundamental para um melhor alinhamento e entendimento dos conteúdos abordados ao longo de toda a publicação.

Os conceitos que aparecem nas páginas fornecem um alicerce para a análise e reflexão dos artigos presentes na revista e ajudam a compreender a complexidade e a diversidade das experiências religiosas, bem como a importância da abertura ao diálogo inter-religioso e do respeito às diferenças para o bem comum da sociedade.

Crença religiosa: está ligada a atitudes em relação aos aspectos mitológicos, sobrenaturais ou espirituais de uma religião. Geralmente se relacionam à existência, características e crença de uma ou mais deidades, à ideia de intervenção divina no universo e na vida humana.

Deidade: é um conjunto de forças que se materializam em uma divindade, é a fonte de tudo que é divino e sagrado. A palavra deidade vem do latim "filhos de Deus", e derivada de "Deus", também no latim.

Divino: refere-se a Deus ou a mais deuses. No latim, a palavra deriva de *divinus*, o que remete à uma divindade.

Doutrina: pode ser definida como um conjunto de princípios, valores ou regras que servem de base a um sistema, que pode ser literário, filosófico, político ou religioso.

Espiritualidade: nesse conceito, há uma relação pessoal, em um sentido antropológico, sobre valores que norteiam cada ser humano. Algo inerente a todo ser vivo, ainda que não tenha crença em uma deidade, mas que vive interpelado por projetos de vida mais amplos.

Fé: para as religiões que se baseiam em crenças, a fé significa que alguém aceita as visões dessa religião como verdadeiras. Fé também assume o significado de compromisso numa relação com as deidades. A expressão se relaciona semanticamente com os verbos crer, acreditar e confiar.

Fundamentalismo: é uma tendência entre certos grupos e indivíduos que se caracteriza pela aplicação de uma interpretação literal estrita às escrituras, dogmas ou ideologias.

Inter-religioso: o diálogo inter-religioso consiste no desejo de compreender e respeitar as diferenças das tradições em uma convivência fraterna em vista do bem comum da sociedade.

Mitos: são narrativas utilizadas pelos povos antigos e tradicionais, anterior à leitura filosófica, seja entre gregos, africanos, orientais, latinos para tentar explicar fatos da realidade ou fenômenos da natureza, compreendidos ou não, como as origens do mundo e dos seres humanos. Os mitos se utilizam de muita simbologia, personagens sobrenaturais, deuses e heróis.

Religião: é um conjunto de crenças, valores éticos e morais, símbolos e rituais que configuram um determinado grupo.


Religiosidades: têm um sentido de vida conforme determinado sujeito leva, e que não obrigatoriamente se compromete com a estrutura e dogmas totais de determinada religião, mas que é inspirada nesta. No sentido etimológico (estudo sobre as origens das palavras), a palavra religião surge do termo em latim *religio*, que pode significar "respeito ao sagrado" ou "reverência aos deuses".

Sagrado: está associado a algo que merece veneração ou respeito religioso por ser associado a uma divindade ou com objetos considerados divinos.

Sincretismo religioso: é uma síntese pessoal ou coletiva de uma experiência religiosa, podendo ou não lançar mão de uma matriz confessional já estabelecida.

[Saiba mais]

>> O portal *Ancestralidades* traz diversos outros conceitos e termos. bit.ly/RCC_E6_01 

>> Conheça o Glossário do portal *Religião e Poder* bit.ly/RCC_E6_02 



A fome vai muito além de uma dor no estômago. **Combatê-la é alimentar não apenas o corpo, mas também o coração e a alma de quem a sente.**

Aponte a câmera do seu celular para o QR Code abaixo e **alimente alguém hoje!**



Conheça o Sefras!
Siga nossas redes sociais
 [@sefras.org.br](https://www.sefras.org.br)
www.sefras.org.br

 **Sefras**
AÇÃO SOCIAL FRANCISCANA

CASA COMUM

www.revistacasacomum.com.br

     @RevistaCasaComum

Realização



Apoio



PAULUS
SOCIAL

